



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE BACHARELADO EM ECONOMIA ECOLÓGICA

ARTHUR VIRGILIUS BRAGA OLIVEIRA

**EXTRATIVISMO E NEOEXTRATIVISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO
MODELO ECONÔMICO BRASILEIRO E SEUS IMPACTOS AO MEIO AMBIENTE**

FORTALEZA
2019

ARTHUR VIRGILIUS BRAGA OLIVEIRA

EXTRATIVISMO E NEOEXTRATIVISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO MODELO
ECONÔMICO BRASILEIRO E SEUS IMPACTOS AO MEIO AMBIENTE

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Economia Ecológica do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção da certificação de bacharel em Economia Ecológica.

Orientador: Prof. PhD. Carlos Américo Leite Moreira

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- O45e Oliveira, Arthur Virgilius Braga.
Extrativismo e neoextrativismo no Brasil: uma análise do modelo econômico brasileiro e seus impactos ao meu ambiente / Arthur Virgilius Braga Oliveira. – 2019.
49 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Economia Ecológica, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira.
1. Extrativismo e Neoextrativismo. 2. Economia Brasileira. 3. Reprimarização. 4. Desindustrialização e Impacto Ambiental. I. Título.

CDD 577

ARTHUR VIRGILIUS BRAGA OLIVEIRA

EXTRATIVISMO E NEOEXTRATIVISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DO MODELO
ECONÔMICO BRASILEIRO E SEUS IMPACTOS AO MEIO AMBIENTE

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Economia Ecológica do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção da certificação de bacharel em Economia Ecológica.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. PhD. Carlos Américo Leite Moreira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. Francisco Casimiro Filho
Universidade Federal do Ceará - UFC

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. PhD. Carlos Américo Leite Moreira.
À minha família.

Ir ao povo implica atuar desde o povo, com ele e por ele. Contrária as posições de Lavrov ou de Marx, que preconizavam a educação do povo através dos mestres ou a sujeição do povo a política do partido composto por intelectuais e pequeno-burgueses afastados da realidade do proletariado e dos camponeses, Bakunin sustentou sempre a necessidade de fundir-se na vida popular, de ser povo e através desse pertencimento, dessa constatação da realidade, receber do povo a força elementar e o seu fundamento, mas em troca disso, lhes fornecer os conhecimentos positivos, o hábito da abstração e generalização e a capacidade de organizar e construir sindicatos que, por sua vez, criam uma força criativa consciente sem a qual toda vitória é impossível.

A tarefa dos revolucionários não é “dialogar” ou “doutrinar” o povo trabalhador, nem muito menos “ajudar a desenvolver um pensamento revolucionário”, pelo contrário, longe destas pretensões claramente dirigistas e/ou idealistas e pequeno-burguesas, os revolucionários devem lutar para constituir-se na vanguarda consciente do proletariado, e para isso é preciso ser proletário, é preciso, acima de tudo, abraçar o Anarquismo Revolucionário e a luta pela Liberdade e pelo Socialismo. (Mikhail Bakunin, 1869)

RESUMO

O Brasil, comumente, foi e o é estigmatizado como o país do futuro por conta de sua tamanha biodiversidade. Entretanto, percebe-se que ao longo da história os processos econômicos brasileiros basearam-se na produção e exportação de bens primários e com um restrito período de industrialização entre 1930 e 1980. A afirmação de uma base econômica extrativa e, de forma atualizada neoextrativa, denota uma dimensão importante do subdesenvolvimento econômico brasileiro. Desta maneira, este trabalho conceituará o extrativismo e o neoextrativismo, observando suas características na América Latina e, particularmente, no Brasil. No caso brasileiro observou-se a consolidação do processo rentista/extrativista com consequências relevantes no setor produtivo, ocasionando um duplo processo de reprimarização/desindustrialização da economia brasileira, além de sérios impactos sociais e ambientais.

Palavras-chave: Extrativismo e Neoextrativismo. Economia Brasileira. Reprimarização. Desindustrialização e Impacto Ambiental.

RESUMEN

Brasil, comúnmente, fue y es estigmatizado como un país del futuro debido a su gran biodiversidad. Sin embargo, se puede observar que a lo largo de la historia los procesos económicos brasileños se basaron en la producción y exportación de bienes primarios y con un período restringido de industrialización entre 1930 y 1980. La afirmación de una base económica extractiva y, de manera neo-extractiva actualizada, denota una dimensión importante del subdesarrollo económico brasileño. De esta manera, este trabajo conceptualizará el extractivismo y el neoextractivismo, observando sus características en América Latina y, particularmente, en Brasil. En el caso brasileño se observó la consolidación del proceso rentista / extractivo con consecuencias relevantes en el sector productivo, lo que provocó un doble proceso de reprimarización / desindustrialización de la economía brasileña, además de graves impactos sociales y ambientales.

Palabras clave: Extractivismo y Neo-extractivismo. Economía brasileña. Reprimarización. Desindustrialización e Impacto Ambiental.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	9
2.EXTRATIVISMO E NEOEXTRATIVISMO: O QUE É, E QUAIS AS PERSPECTIVAS NA AMÉRICA LATINA.....	14
3.BRASIL: MARCOS HISTÓRICO DO EXTRATIVISMO E NEOEXTRATIVISMO.....	28
3.1 O processo de industrialização brasileira.....	34
4.MODELO RENTISTA/EXTRATIVISTA BRASILEIRO E SEUS IMPACTOS SOCIECONÔMICOS E AMBIENTAIS	41
5.CONCLUSÃO.....	47
REFERÊNCIAS.....	49

4

8

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é considerado um país subdesenvolvido com caracterização natural biodiversa. Entretanto, a partir desta abundância natural, muito se propagou e se propaga que este país tomaria grande relevância econômica, comparada aos países desenvolvidos, por conta deste aspecto supracitado. Segundo Furtado(1977),

A imagem de País do Futuro que, com respeito ao Brasil, se difundiu em todo o mundo a partir do livro de Stefan Zweig, e cuja fase mais brilhante foi alcançada com a inauguração de Brasília, referia-se a um País jovem, dotado de imensos recursos potenciais, como uma população em rápida expansão e uma cultura original e vigorosa – resultado da interação de valores europeus, africanos e ameríndios – orientada para a integração do homem moderno no meio tropical. (p.1).

Segundo Nabuco (2000),

O subdesenvolvimento, definido como uma etapa não necessária do capitalismo, mas própria de formações históricas específicas, relacionadas de forma subsidiária ao sistema colonial³, deve ser superado por meio de uma dialética possibilitadora, em que são atores sociais fundamentais os intelectuais, homens de pensamento, que dispõem de uma racionalidade mais elevada. Estes homens serão responsáveis pela concepção, pela formulação e pela implementação das reformas. (p.63).

Desta maneira, o autor aponta que o processo de transição entre subdesenvolvimento e desenvolvimento pode ocorrer a partir de atores sociais que contribuirão fundamentalmente para a estruturação nacional do país.

Após 519 anos o ideário de um pólo com alto grau de desenvolvimento ruiu em sua larga margem. Segundo Tavares (2000),

(...) o subdesenvolvimento continua não se definindo hoje pela posição do Produto Interno Bruto (PIB) ou mesmo pela produção industrial no ranking da produção mundial – como Furtado havia esclarecido em sua teoria original de 1961 –, mas não pode mais ser caracterizado por referência a uma divisão internacional do trabalho clara, como no caso do esquema centro-periferia de Prebisch. A difusão do progresso técnico e a inserção comercial dos países subdesenvolvidos estão sendo sujeitas a um esquema rapidamente mutável, comandado pelas estratégias de concorrência das filiais das grandes empresas internacionais, desde o pós-Segunda Guerra Mundial. Esta estratégia pode ser apoiada, recusada ou modificada pelos países subdesenvolvidos – como demonstra a variedade de experiências na Ásia – por meio de políticas públicas nacionais. Isso vem em apoio do conceito originário de subdesenvolvimento de mestre Furtado e de sua proposta recorrente de um projeto nacional que permita realmente transformar por dentro o país por meio de estratégias nacionais de desenvolvimento. Que atualmente estas idéias tenham de levar em conta o fato novo da “divisão do trabalho intrafirmas internacionais” e o caráter mais acelerado da expansão do capital industrial e da difusão do progresso técnico no pós guerra¹ significa apenas que as condições para vencer o subdesenvolvimento mudaram acentuadamente. Isto começou a ocorrer depois da mudança de centro hegemônico e, em particular, depois da retomada da dominação imperial norte-americana na ordem internacional que acentuou o processo de “globalização”, sobretudo dos mercados financeiros, além do controle

crescentemente centralizado das comunicações e da informação. (p.134).

A partir desta citação, entende-se que o atual modelo de organização econômica mundial é um processo no qual as imposições multinacionais externas, copiosamente financeirizadas, deliberam a formatação político-econômica de um país. Tendo-se como base um modelo de dominação norte-americana, o qual o imperialismo se sobressai para além da soberania econômica nacional. Por conseguinte, para quebrar este arquétipo, tais países subdesenvolvidos devem concentrar-se em organizar sua economia interna, fomentando suas bases primárias, muito forte no Brasil, e secundária, atualmente com debilidades. Podendo assim enxergar, talvez, uma aproximação com o desenvolvimento de países asiáticos e, conseqüentemente, uma disputa mais *pari passu* no mercado internacional. Para além desses elementos supracitados, é importante apoderar-se da comunicação e informação interna do país, pontuações nas quais os EUA possui.

Chomsky em seu livro “Quem manda no mundo?”, corrobora com a ideia de Tavares, quando a mesma aponta os EUA como principal potência mundial e detentor de grande poder. Além disso, o teórico coloca os Estados Unidos como o principal fomentador de crises em vários países, ou seja, sendo detentor do “discurso global” em várias searas. O autor cita,

Na comparação entre os países, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América firmaram-se como o primeiro entre os desiguais, condição em que ainda permanecem. Em larga medida o país ainda hoje estabelece os termos do discurso global, numa abrangente gama de problemáticas questões que se estende de Israel-Palestina, Irã, América Latina, “guerra ao terror”, organização econômica internacional, direitos e justiça e outros temas afins aos mais primordiais pontos de debate relativo à sobrevivência da civilização (guerra nuclear e destruição ambiental). (p.7).

A partir dos apontamentos de Chomsky e Tavares, a concepção de Lênin(2012), é cada vez mais vívida no imaginário,

O capital financeiro, concentrado em poucas mãos e gozando de monopólio efetivo, obtém um lucro enorme e aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda sociedade um tributo em proveito dos monopolistas. Eis um dos exemplos dos métodos de “administração” dos trustes americanos(...). (p.82).

À vista disso, desnuda-se um preâmbulo mundial, tais teóricos entendem os EUA como o principal detentor das ações político-econômicas mundiais.

Referindo-se ao Brasil, o processo de ocupação do país é simploriamente traduzido com a vinda dos portugueses, pioneiros nas navegações ultramarinas, atinando-se ao território brasileiro (Ilha de Vera Cruz, denominado por Pedro Álvares

Cabral), em 22 de abril de 1500. Com pretensões iniciais de ocupação, que foram rapidamente transformadas por conta da falta de produtos interessantes. Desta maneira, a perspectiva de ocupação recolhe-se para alavancar a ideia de exploração dos seus recursos naturais. Com isso, a formação econômica brasileira baseou-se na extração dos recursos naturais, ou seja, o extrativismo.

Logo no início da colonização mostra-se as perspectivas portuguesa ante o Brasil. Segundo Caio Prado Jr. (2008),

"(...) até quase meados do séc. XVI, encontraremos portugueses e franceses traficando ativamente na costa brasileira com o pau-brasil. Era uma exploração rudimentar que não deixou traços apreciáveis, a não ser na destruição impiedosa e em larga escala das florestas nativas donde se extraía a preciosa madeira". (p.25).

Além da extração do recurso, o autor trata com tamanha minúcia a exacerbação destrutiva dos europeus ante ao meio ambiente do país.

Os períodos posteriores da história do Brasil dão continuidade a perspectiva extrativista. Analisando-se a base econômica do país durante sua recente história, normalmente, constata-se sua vinculação a extração de matérias-primas (cana-de-açúcar, café, algodão, soja). Logo, estudar a relação entre os processos econômicos e a vinculação com o setor primário ao longo do desenvolvimento do país é necessário para entender a provável associação entre a subjugação primária econômica e o subdesenvolvimento do Brasil.

Para além do extrativismo, que dominou o cenário econômico brasileiro até o fim do século XX, o neoextrativismo consolida-se como novo modelo econômico brasileiro no século XXI. Segundo Gudynas (2009) *apud* Santos (2012),

A ampliação da disputa em torno dos bens naturais representa uma consequência incontornável do chamado projeto neoextrativista na América Latina, que compreende ainda um papel ativo do Estado na acumulação de capital e o uso das rendas extrativas como esteio de legitimidade política. No caso brasileiro, em particular, esse projeto centra-se, fundamentalmente, na indústria extrativa mineral (IEM). Em primeiro lugar, esse movimento é condicionado por estruturas de mercado e agentes econômicos. Nesse sentido, o fenômeno do "boom" das *commodities*, cujo ápice se deu entre 2003 e 2008, constitui um elemento explicativo-chave. (p.75).

Ressalta-se que em um pequeno espaço de tempo da história brasileira, em meados do século XX, tentou-se impulsionar uma política econômica industrial, ou seja, o setor secundário, mas com um forte desenvolvimento agropecuário o acompanhando.

No século XXI, enxerga-se que o setor secundário está em processo de declínio e a economia brasileira se volta para o que se chama de reprimarização econômica,

ou seja, o setor primário sendo o maior alavancador econômico do país. Ademais, com a reprimarização da economia brasileira, impulsiona-se o extrativismo ou neoextrativismo contribuindo para impactos negativos ao meio ambiente do país. Segundo Fearnside (2006), "O desmatamento na Amazônia brasileira tem aumentado continuamente desde 1991, variando de acordo com as mudanças relacionadas às forças econômicas" (p.396). Então o autor aponta que a relação economia e a destruição do meio ambiente no Brasil estão umbilicalmente articuladas. Além de denotar o papel brasileiro dentro da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), explicitado por Tavares, Chomsky e Lênin, referido acima.

A partir disso, o trabalho tem como objetivo geral analisar o último ciclo econômico brasileiro até 2016, a partir das exportações, e os impactos deste modelo ao meio ambiente. Como objetivos específicos: conceituar extrativismo e neoextrativismo, expor a política econômica implantada na América Latina e demonstrar os ciclos econômicos brasileiros ao longo da história.

Este estudo terá como percurso metodológico fazer uma análise qualitativa a partir de estudo de material bibliográfico. Em si, o mesmo terá feição exploratório-descritiva.

A pesquisa qualitativa é uma forma de análise muito utilizada por pesquisadores de várias áreas. Segundo Godoy (1995), "hoje em dia a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes". (p.1). Para Flick (2009) "A pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida" (p.20). Quanto a Neves (1996), na pesquisa qualitativa,

Faz parte a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação objeto de estudo. Nas pesquisas qualitativas, é frequente que o pesquisador procure entender fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir, daí situe sua interpretação dos fenômenos estudados. (p.1).

A partir disso pode-se constatar que a pesquisa qualitativa é atualmente muito utilizada e se caracteriza pela interpolação entre as perspectivas do objetivo de estudo e a análise do pesquisador. Ademais, a pesquisa qualitativa tem seus pressupostos fundamentais. Godoy (1995) ressalta que,

O propósito fundamental do estudo de caso (como tipo de pesquisa) é analisar intensivamente uma dada unidade social, que pode ser, por exemplo, um líder sindical, uma empresa que vem desenvolvendo um sistema inédito de controle de qualidade, o grupo de pessoas envolvido com a CIPA

(Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) de uma grande indústria que apresenta baixos índices de acidente de trabalho. (p.6).

Flick (2009) coloca que os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consistem na escolha adequada de métodos e teorias convenientes; no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas; nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção de conhecimento; e na variedade de abordagens e métodos. (p.23).

Além disso, o trabalho se baseia a partir de pesquisa documental, ou seja, são analisados fontes escritas antepassadas e contemporâneas para compreender o desenvolvimento histórico das relações econômicas no Brasil.

2. EXTRATIVISMO E NEOEXTRATIVISMO: O QUE É, E QUAIS AS PERSPECTIVAS NA AMÉRICA LATINA

Este capítulo tem como intuito mostrar resumidamente os conceitos de extrativismo e neoextrativismo, a partir de algumas áreas do saber. Portando, ele introduzirá o aspecto central da análise, ou seja, descortinará a essência conceitual do termo, articulando áreas proeminentes do tema proposto. Além disso, denotará quais países da América Latina adotam esta atividade econômica como base de sua estrutura, afinal, sabe-se que a economia mundial é dinâmica e todos os setores (primário, secundário e terciário) estão introduzidos de alguma maneira em todos países. Além disso, mostrará como está a relação econômica destes países quanto a produção de bens primários e manufaturados.

A palavra extrativismo remete-se ao ato de retirar, arrancar algo, sair de algum lugar, remover e colher. Afinal tal palavra deriva-se do termo extrair que tem como significado, segundo Dicionário Brasileiro Globo (1991), “(...) Tirar para fora; tirar de dentro de onde estava; arrancar; praticar a extração de: extrair um dente; sugar; extratar; sacar; separar (uma substância) do corpo de que fazia parte.” (Fernandes, n/p). Apontando para o termo em si, segundo o portal Dicio, extrativismo significa

Qualidade de extrativo, do que se pode extrair, retirar. Qualquer atividade de retirada ou de coleta de materiais existentes na natureza, para subsistência ou não; geralmente se divide em extrativismo mineral (mineração), animal (caça e pesca) e vegetal (exploração de florestas). (n\p).

O extrativismo é citado como constituição de alguma atividade que reproduz um processo contínuo de retirada, captação, extração de um elemento, produto ou bem, normalmente vinculados a recursos advindos da natureza. Segundo Murrieta e Rueda (1995), “O termo extrativismo, em geral é utilizado para designar toda atividade de coleta de produtos naturais, seja de origem mineral (exploração de minerais), animal (peles, carne, óleos), ou vegetal (madeiras, folhas, frutos...)” (p.3). Há autores que inserem outros elementos, como por exemplo, Stephen Bunker (1985) *apud* Murrieta e Rueda (1995), “incluem no conceito de extração as formas de produção pelas quais uma região é progressivamente empobrecida, para enriquecer outra região (este conceito inclui a pecuária e a agricultura)”. (p.3). Além disso os autores apontam um preâmbulo mais abrangente referindo-se a colocações externas, “Há quem diga que a “extração” significa qualquer forma de apropriação de recursos cuja

a ocorrência natural não tenha sido intencionalmente aumentada para fins de exploração.” (MURRIETA, RUEDA, p.3, 1995).

Com esses elementos constrói-se um conceito generalizado sobre o extrativismo, ou seja, a concepção está incorporada ao processo constitutivo de extração de bens da natureza com vinculação as necessidades socioeconômicas de uma determinada área ou região. Ademais, subentende-se que a vinculação entre extrativismo e economia são intrínsecas, independente do modelo extrativista da região, ou seja, para subsistência ou em perspectiva global para exportação. Com isso, o extrativismo está incorporado a economia e, conseqüentemente a um ciclo econômico natural. Segundo Homma (2014),

O extrativismo constitui um ciclo econômico de três fases distintas. Na primeira fase, verifica-se um crescimento na extração, quando os recursos naturais são transformados em recursos econômicos com o crescimento da demanda. Na segunda fase, atinge-se o limite da capacidade de oferta, em face dos estoques disponíveis e do aumento no custo da extração, uma vez que as melhores áreas tornam-se cada vez mais difíceis. Na terceira fase, inicia-se o declínio na extração, com o esgotamento das reservas e o aumento na demanda, induzindo ao início dos plantios, desde que a tecnologia de domesticação esteja disponível e seja viável economicamente. (p.18).

Partindo dos pressupostos do autor, entende-se que há uma dinâmica comum nos processos extrativistas vinculados à economia. Os mesmos estão subdivididos em extração contínua, limite a capacidade de suporte ou oferta limite do bem, e, findando, a necessidade de domesticação e/ou manejo dos bens produzidos para viabilização econômica. Entretanto, Allegretti critica a formulação proposta pelo autor. Segundo a autora,

Os pressupostos da análise do extrativismo por Homma estão assentados nos conceitos da economia convencional; ou seja, a ótica do produto e do mercado, da oferta e da demanda, do vendedor e do comprador, considerados como atores racionais, isolados de contextos políticos e sociais que condicionam e determinam variações essenciais nos padrões da economia. (p.148, 1992).

Allegretti também formula sua conceituação sobre extrativismo. Segundo a autora, “(...)o extrativismo deve ser entendido como uma atividade paradigmática para o desenvolvimento sustentável, ao conceber os recursos naturais e ambientais como recursos produtivos, de cuja conservação depende a reprodução da vida econômica e social” (1992, p.146). E, continua,

Só é possível considerar o extrativismo amazônico sob outra ótica quando se leva em conta a ocorrência de dois aspectos: um conjunto novo de conceitos econômicos e os dados sobre a dinâmica socioeconômica regional.

Quando o extrativismo amazônico é analisado segundo a ótica da economia dos recursos naturais, ou da chamada *ecological economics*, e de acordo com o conceito de sustentabilidade, os parâmetros dessa análise são outros. Entende-se aqui por sustentabilidade o nível de utilização de recursos que permita a manutenção de atividades indefinidamente, sem degradar o estoque de capital, incluindo o estoque de capital natural (entendido como a estrutura do solo e da atmosfera, plantas e biomassa que, no conjunto, formam a base de todos os ecossistemas).

Quando se fala em economia extrativa, nas florestas tropicais úmidas, estamos nos referindo ao capital natural representado pelo conjunto dos recursos biológicos em sua diversidade típica, assim como aos serviços ambientais prestados por esses ecossistemas (regulação de secas e inundações, controle da erosão dos solos e da sedimentação dos leitos fluviais, estabilização do clima, imposição de barreiras contra danos ocasionados por intempéries, recarga das águas freáticas, purificação do ar e das águas ao atuar como depósito de anidrido carbônico).

Mais que isso, no caso da maior parte das florestas tropicais do mundo fala-se, também, na base de sustentação econômica de contingentes populacionais significativos: populações indígenas e tribais (cerca de 50 milhões de pessoas) e segmentos da população rural (cerca de 150 milhões) que dependem de recursos da floresta para sobreviver (World Rainforest Movement, 1990). Deve-se agregar, a estas variáveis, o estoque genético que representam, cujo valor é incalculável até o momento. (p.149).

Por conseguinte, a antropóloga denota o viés economicista de Homma, mostrando que o autor traz em sua teoria o conceito de extrativismo a partir de uma estrutura pré-estabelecida de mercado ou capitalista. E aponta sua perspectiva de extrativismo baseada na Economia Ecológica, que abarca uma ideia diametral a da economia justaposta por Homma. Assim, duas searas do saber contrapõem-se quanto a perspectiva conceitual sobre extrativismo, a agronomia/economia, representada por Homma, e a antropologia/economia ecológica, colocada por Allegretthi.

Além do aspecto semântico construído sobre o termo extrativismo e suas concepções, apontando o que o é, as análises sobre as atividades foram estruturadas. A partir disso, uma linha teórica crítica ao modelo extrativista de mercado, corroborado por Homma, foi erigida. Dentro dessa linha de análise autores denotam a significação física do termo, mas ao mesmo tempo levantam uma crítica a tal. Segundo Acosta (2016),

O extrativismo é uma modalidade de acumulação que começou a ser forjada em grande escala há quinhentos anos.³ A economia mundial – o sistema capitalista – começou a ser estruturada com a conquista e colonização de América, África e Ásia. Desde então, a acumulação extrativista esteve determinada pelas demandas das metrópoles – os centros do capitalismo nascente. Algumas regiões foram especializadas na extração e produção de matérias-primas, ou seja, bens primários, enquanto outras assumiram o papel de produtoras de manufaturas. As primeiras exportam Natureza, as segundas a importam. Para tentarmos dar uma definição compreensível utilizaremos o termo *extrativismo* quando nos referirmos às atividades que removem grandes volumes de recursos naturais não processados (ou processados apenas parcialmente) e que se destinam sobretudo à exportação. O

extrativismo não se limita aos minerais ou ao petróleo. Há também extrativismo agrário, florestal e, inclusive, pesqueiro. (p.49 e 50)

O autor supracitado faz a junção entre a concepção extrativista mercadológica ou capitalista e a relação entre a retirada dos bens naturais de países subdesenvolvidos ou periféricos e a apropriação destes bens por países desenvolvidos ou centrais. Esta vinculação já é percebida em meados do século XX por autores que construíram a Teoria da Dependência. Como por exemplo Marini (2014), que a partir desta teoria, situa o enquadramento da América Latina no mercado mundial desde seus primórdios.

A América Latina surge como tal ao se incorporar no sistema capitalista em formação, isto é, no momento da expansão mercantilista europeia do século XVI. A decadência dos países ibéricos, que primeiro se apossaram dos territórios americanos, engendra aqui situações conflituosas, derivadas dos avanços das demais potências europeias. Mas é a Inglaterra, mediante sua dominação imposta sobre Portugal e Espanha, que finalmente prevalece no controle e na exploração desses territórios.

No decorrer dos três primeiros quartos do século XIX, e concomitantemente à afirmação definitiva do capitalismo industrial na Europa - principalmente na Inglaterra -, a região latino-americana é chamada a uma participação mais ativa no mercado mundial, como produtora de matérias-primas e como consumidora de uma parte da produção leve europeia. (p.47 e 48).

O autor citado reafirma as condições impostas a América Latina dentro sistema mundo ou na DIT e aponta a relação de dependência que esses países estão incorporados. Segundo Marini (2014),

A mais-valia colhida na esfera do comércio mundial pertence a capitalistas estrangeiros, e apenas uma parte dela – cuja magnitude varia de acordo com o poder de barganha de cada setor – passa à economia nacional através de tributos e impostos pagos ao Estado. Daqui se derivam duas consequências: redistribuída às classes dominantes locais – que por isso disputam o controle do Estado -, essa parte da mais-valia se converte em demanda de bens importados, reduzindo consideravelmente o excedente passível reinvestido; do mesmo modo, a parte da mais-valia que permanece em mãos do capitalista estrangeiro somente é investida no país se as condições da economia central assim exigirem. Partes substanciais da mais-valia são subtraídas do país através da exportação de lucros e, nos ciclos de depressão na metrópole, ela é transferida integralmente.

Deste modo, com maior ou menor grau de dependência, a economia que se cria nos países latino-americanos, ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte, é uma economia exportadora, especializada na produção de alguns poucos bens primários. (p.51 e 52).

A situação de dependência dos países latino-americanos também é corroborada pelo estudo de Bamberger (2015).

O capitalismo na América Latina se desenvolveu dentro do contexto da expansão e evolução do capitalismo mundial. Em função disso, assumiu formas específicas que, sem negar as leis gerais do movimento do sistema, configuraram o continente tipos específicos de capitalismo dependente, cujo

caráter e modo de funcionamento estão intrinsecamente conectados à dinâmica que assume historicamente o capitalismo nos países centrais. (p.33).

E por Santos (2015), percebe uma relação umbilical entre centro e periferia e aponta que os movimentos econômicos monopolistas geram crises nos países dependentes.

A crise do setor exportador tem uma característica secular, na medida em que o controle monopolista do comércio mundial e a substituição de produtos naturais por sintéticos configuram uma situação negativa de intercâmbio para as matérias-primas e produtos agrícolas. (p.220).

Com o aporte delineado, mostra-se que a América Latina, em sua maioria, adotou este modelo ou foi obrigado a tê-lo desde os seus primórdios. Segundo Porto-Gonçalves (2017),

Foram o ouro e a prata levados da América Central e Andina, aproveitando-se, diga-se de passagem, do sofisticado conhecimento científico e expresso na metalurgia da cultura dos maias, incas e astecas e, ainda, por causa das diversas *plantations* que depois se desenvolveram (de cana, de café, de cacau, de algodão, de banana, entre tantas), quase sempre com base no trabalho escravo, sobretudo dos negros, e no trabalho servil, quase sempre indígena, que grande parte das florestas da América foi dizimada, seus melhores solos praticamente esgotados e as principais minas de ouro e prata exauridas.

Vê-se, portanto, que o processo de globalização traz em si mesmo a globalização da exploração da natureza com proveitos e rejeitos distribuídos desigualmente. Vê-se, também, que junto com o processo de globalização há, ao mesmo tempo, a dominação da natureza e a dominação de alguns homens sobre outros homens, da cultura europeia sobre outras culturas e povos, e dos homens sobre as mulheres por outro lado. (p.25).

Por esse motivo, desencadeou-se um processo acelerado de devastação de áreas e embates socioambientais nos países latino-americanos. Segundo Acosta (2016),

As atividades extrativistas desencadeiam graves tensões sociais nas regiões onde são realizadas, já que apenas uma parcela da população pode integrar-se à equipe de trabalho das empresas mineradoras e petrolíferas. Os impactos econômicos e sociais provocam a divisão de comunidades, violência intrafamiliar, violação de direitos comunitários e humanos, crescimento da criminalidade, tráfico de terras etc.

Nas economias primário-exportadoras da América Latina, após décadas de acumulação extrativista, geraram-se níveis elevados de subemprego e desemprego, pobreza e uma distribuição de renda e de ativos ainda mais desigual. Com isso vão se fechando as portas à ampliação do mercado interno, porque não se geram empregos, nem renda suficientes – não há nem haverá “gotejamento”.¹⁸ No entanto, são mantidas as pressões para orientar a economia cada vez mais para o exterior, pois “não há a quem vender no mercado interno”, como afirmam preguiçosamente os defensores do modelo. (p.64).

Losekann (2016) também argumenta.

Os conflitos socioambientais em questão estão relacionados à matriz econômica adotada em boa parte dos países latino-americanos que apostam em um incremento na vocação histórica à exportação de *commodities* minerais e agrícolas da região. Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), o setor extrativo de minério cresceu substancialmente na última década, com forte incentivo da China, novo grande parceiro comercial dos países desse continente. Esse crescimento do extrativismo é monitorado pelo Cedib, que aponta um aumento geral da participação de produtos primários nas exportações, sendo que os países cujo aumento foi maior são: Bolívia, Colômbia, Uruguai e Brasil. Intelectuais da região que acompanham o processo têm caracterizado o contexto como um “desenvolvimento extrativista”, que combina a superexploração dos recursos naturais com a expansão das fronteiras territoriais. (p.122).

A partir da afirmação dos autores sobre a implantação e ampliação do extrativismo na América Latina, a conseqüente subserviência dos países ao mercado externo e a superexploração dos recursos naturais, dá-se apontamentos sobre um novo conceito, o neoextrativismo, mais desenvolvido em meados do século XX até os dias atuais. Segundo Milanez e Santos (2013) *apud* Losekann (2016),

(...) o contexto político-econômico atual latino-americano poderia ser compreendido a partir da categorização “neoextrativismo”, pois trata-se da combinação de elementos tradicionais do chamado “extrativismo” com aspectos novos (Gudynas, 2009). (p.122).

Incorporando esses aspectos novos, a dinâmica produtiva da América Latina se formata e concentra-se ou especializa-se no ramo da produção agrícola em larga escala. Segundo Moreira e Magalhães (2014),

Nessa dinâmica, o capital nacional privado concentra-se nos ramos do comércio, da agroindústria, e da indústria alimentícia, com participação importante na mineração, na eletrônica e no setor elétrico. Já o capital estrangeiro está presente em praticamente todos os segmentos, com destaque para os segmentos automobilístico e de autopeças e eletrônica. (p.91 e 92).

Os autores supracitados além de apontar a dinâmica dos países subdesenvolvidos ou em “desenvolvimento”, coloca o seu papel de dependência ante os países desenvolvidos, mostrando as diferenças nas dinâmicas de seus setores produtivos. Outros autores reafirmam a força da agricultura e seu novo papel neste momento histórico. Segundo Guimarães (1982),

(...) a agricultura deixou de ser, por força da industrialização, um setor isolado da economia de qualquer país e se tornou parte integrante de um conjunto maior de atividades inter-relacionadas: tornou-se parte de um complexo agroindustrial. (p.113 e 114).

O neoextrativismo pode ser considerado uma nova modalidade do extrativismo com aspectos técnicos mais apurados, para uma maior produtividade, e uma

associação com os Estados-Nação. Segundo Guydans *apud* Porto-Gonçalves (2017), no neoextrativismo

Para além da propriedade dos recursos, reproduzem-se as regras e o funcionamento dos processos produtivos voltados para a competitividade, a eficiência, a maximização da renda e a externalização de impactos”. Entre os pontos destacáveis estão “uma maior presença e um papel mais ativo do Estado, com ações tanto diretas quanto indiretas. (p.66).

Chama-se de neoextrativismo, também, o que Osório (2012) coloca como o novo padrão exportador de reprodução do capital implementado na América Latina, ou seja,

(...) caracterizado pela especialização produtiva, que apresenta diferenças substanciais em relação ao padrão agromineiro do século XIX até o início do século XX, particularmente devido ao maior grau de elaboração de muitos dos bens exportados. Esse novo padrão exportador, por outro lado, apresenta semelhanças com o anterior, como o peso dos bens agromineiros no total das exportações, aos quais se somam agora alguns bens secundários, seja de produção local, seja de *maquiladoras*. (p.103).

Além da perspectiva revelada quanto a produção das mercadorias, o “novo padrão exportador” atua em toda uma cadeia social do país. Osório (2012) afirma que

É um tanto paradoxal que, no mesmo período em que um padrão econômico voltado para os mercados externos está em curso e atinge importantes realizações, os salários e as condições gerais de trabalho e da vida da maioria da população da América Latina assistam a uma drástica precarização. Não se consegue evitá-la apesar das políticas sociais levadas a cabo por alguns Estados ou do crescimento significativo alcançado por algumas economias. (...) Nessa lógica, a perda de poder aquisitivo dos assalariados na dinâmica do mercado interno e a precarização em geral das condições de trabalho e de vida da maioria da população encontram-se ligadas à própria natureza do novo padrão exportador de especialização produtiva, em duplo sentido. Primeiro, porque para essa nova modalidade de reprodução o mercado dos assalariados locais não constitui um elemento de maior relevância à medida que parte substancial da produção vai destinada aos mercados externos. Isso porque o salário médio geralmente se encontra bastante longe de permitir o acesso aos bens manufaturados e agropecuários exportáveis e porque a oferta de exportação contempla uma gama ampla de bens de uso industrial, matérias-primas ou energéticos/ matérias auxiliares. Em qualquer dos casos, essa situação favorece uma estrutura produtiva dinâmica que afasta e se deliga das necessidades da maioria da população.

Em segundo lugar, a capacidade de concorrência desse padrão nos mercados externos reside na deterioração dos salários locais e na depreciação de tudo o que implique elevar o custo do trabalho, como benefícios sociais diversos. (p.123 e 124).

Consubstanciando-se as perspectivas teóricas suplantadas, mostra-se que para além do simples processo de maximização da extração ou neoextração de bens apontado por Guydans, há um projeto de organização social que é preconizado em Osório que abarca o estudo e, conseqüentemente, avanços tecnológicos na área especializada. E, em âmbito social, maior intensidade de trabalho, perda do poder

aquisitivo dos trabalhadores, precarização do trabalho e a redução de benefícios sociais.

Também existe uma ligação intrínseca entre subdesenvolvimento e economia baseada no extrativismo e neoextrativismo, em si, a ideia de dependência dos países que adotam esse modelo de economia é reafirmada. Segundo Furtado (1979),

(...)os maiores obstáculos à liquidação do subdesenvolvimento se apresentem no setor agrícola, constitui simples indicação de que essa liquidação implica em transformação global da sociedade. É na observação das sociedades essencialmente agrícolas que se percebe claramente a diferença entre liquidação do subdesenvolvimento e desenvolvimento. As estruturas subdesenvolvidas não desenvolvem: elas são substituídas por outras com aptidão para desenvolver-se. (p.213).

Como indicado anteriormente, os países da América Latina estão enquadrados nesse engendramento global, ou seja, encaixotados economicamente no neoextrativismo. Com essa intenção, tais países especializam-se na área e abandonam outros setores, como sua produção industrial. Segundo Osorio (2012),

A constituição do novo padrão exportador de especialização produtiva marcou o fim do padrão industrial, que, com diversas etapas (internalizada e autônoma; diversificada), prevaleceu na América Latina entre a década de 1940 e meados da de 1970, nas principais economias da região. (p.105 e 106).

Com a perspectiva desindustrializante, os países periféricos ficam dependentes de uma fator relevante na economia mundial, a tecnologia. Furtado (1978) afirma que “Como a tecnologia é o recurso mais nobre (na prática substitui aos demais sem por eles ser substituída) e aquele que é monopolizado pelos países centrais, pode-se afirmar que a *dependência* é primeiramente *tecnológica*”. (p.123). Além da dependência tecnológica, amplia-se o setor primário nestas economias, ou seja, reprimariza. Segundo Moreira e Magalhães (2014), a inserção das principais economias latino americanas (Argentina, México e Brasil) no capitalismo financeirizado engendrou um duplo processo desindustrialização/ reprimarização dos países latino-americanos, especialmente o Brasil. Nesse contexto, a redefinição das estratégias da grandes empresas nacionais e estrangeiras foi determinante. Como assinalam os autores,

(...)a redefinição das estratégias das multinacionais, em uma lógica de financeirização das empresas, foi determinante para a consolidação desse duplo processo de reprimarização/desindustrialização. De fato, o processo recente de internacionalização produtiva traduziu-se no aprofundamento dos movimentos de natureza patrimonial e de valorização fictícia iniciados na década de noventa, reduzindo o horizonte temporal de valorização da empresa. Como decorrência, as estratégias de produção assim como as

modalidades de implantação das empresas estrangeiras, implicam cada vez mais seu desengajamento produtivo. (p.92).

O processo de reprimarização se intensifica nos países latino-americanos no final do século XX e início do século XXI, como mostra o Anuário Estatístico da América Latina e Caribe de 2007. Aponta a relação entre exportação de bens primários e manufaturados destes países e a tamanha importância destes produtos para a exportação, representado pela tabela 1.

Tabela 1- América Latina e Caribe, a participação de produtos primários na pauta exportadora da região

País	1995	2000	2003	2004	2005	2006
Argentina	66,1	67,6	72,2	71,2	69,3	68,4
Barbados	41,2	48,3	58,1	44,4	59,9	54,2
Belice	89,1	88,7	82,8	85,0	85,1	95,8
Bolívia	83,5	72,3	83,9	86,6	89,1	89,8
Brasil	46,9	42,0	48,5	47,0	47,3	49,5
Chile	86,8	84,0	83,8	86,8	86,3	89,0
Colombia	65,8	65,9	65,7	62,9	65,3	-
Costa Rica	74,9	34,5	34,6	37,3	36,2	35,6
Cuba	-	90,6	81,0	78,5	73,4	-
Ecuador	92,4	89,9	88,0	90,7	91,0	90,4
El Salvador	61,2	51,6	42,9	40,1	42,5	43,6
Guatemala	72,3	68,0	59,7	58,2	60,2	65,1
Guyana	-	-	73,6	-	-	-
Haiti	37,9	-	-	-	-	-
Honduras	77,2	77,9	66,5	63,6	64,2	70,7
Jamaica	28,8	27,2	32,7	32,9	31,9	40,4
Mexico	22,5	16,5	18,6	20,2	23,0	24,4
Nicaragua	79,7	92,5	88,2	89,4	89,6	91,3
Panama	79,7	84,1	88,9	90,0	90,9	80,5
Paraguay	80,7	80,7	86,3	87,3	82,9	84,1
Peru	86,5	83,1	83,0	83,1	85,3	88,0
Republica Dominicana	22,3	59,3	-	-	-	-
Trinidad y Tobago	57,9	71,2	64,1	64,0	73,8	79,1
Uruguay	61,3	58,5	66,3	68,4	68,5	68,8
Venezuela	85,8	90,9	87,3	86,9	90,6	94,4
Total	50,1	42,1	44,5	46,6	50,1	52,4

Fonte: Anuario Estadístico da America Latina y el Caribe 2007

Por outro lado, as estatísticas do anuário revelam um queda importante da participação das manufaturas na pauta exportadora da região (tabela 2).

Tabela 2- América Latina e Caribe, a participação de produtos manufaturados na pauta exportadora da região.

País	1995	2000	2003	2004	2005	2006
Argentina	33,9	32,4	27,8	28,8	30,7	31,6
Barbados	58,8	51,7	41,9	55,6	40,1	45,8
Belice	10,9	11,3	17,2	15,0	14,9	4,2
Bolívia	16,5	27,7	16,1	13,4	10,9	10,2
Brasil	53,1	58,0	51,5	53,0	52,7	50,5
Chile	13,2	16,0	16,2	13,2	13,7	11,0
Colombia	34,2	34,1	34,3	37,1	34,7	-
Costa Rica	25,1	65,5	65,4	62,7	63,8	64,4
Cuba	-	9,4	19,0	21,5	26,6	-
Ecuador	7,6	10,1	12,0	9,3	9,0	9,6
El Salvador	38,8	48,4	57,1	59,9	57,5	56,4
Guatemala	27,7	32,0	40,3	41,8	39,8	34,9
Guyana	-	-	26,4	-	-	-
Haiti	62,1	-	-	-	-	-
Honduras	22,8	22,1	33,5	36,4	35,8	29,3
Jamaica	71,2	72,8	67,3	67,1	68,1	59,6
Mexico	77,5	83,5	81,4	79,8	77,0	75,6
Nicaragua	20,3	7,5	11,8	10,6	10,4	8,7
Panama	20,3	15,9	11,1	10,0	9,1	19,5
Paraguay	19,3	19,3	13,7	12,7	17,1	15,9
Peru	13,5	16,9	17,0	16,9	14,7	12,0
Republica Dominicana	77,7	40,7	-	-	-	-
Trinidad y Tobago	42,1	28,8	35,9	36,0	26,2	20,9
Uruguay	38,7	41,5	33,7	31,6	31,5	31,2
Venezuela	14,2	9,1	12,7	13,1	9,4	5,6
Total	49,9	57,9	55,5	53,4	49,9	47,6

Fonte: Anuario Estadístico da America Latina y el Caribe 2007

De fato, em 1995 a porcentagem de exportação de bens primários era de 50,1%, sendo superior a de produtos manufaturados 49,9%. Nos anos 2000 esse processo se inverte, os bens primários ocupam 42,1% das exportações, enquanto os bens manufaturados 57,9%. Já em 2006 o processo de reprimarização ganha força e retoma a liderança nas exportações. Os bens primários ocupam 52,4% das e os bens manufaturados 47,6%. Assim, os dados apontam a força econômica dos bens primários nos países da América Latina e Caribe e um processo de reprimarização destes países e, uma consequente, ascensão do neoextrativismo.

Essa configuração apresenta mudanças no contexto atual. Referindo-se a dados de 2016, último ano a ser analisado neste trabalho, a relação de exportação é de 44,9% para produtos primários e 55,1% para produtos manufaturados, correlacionando países da América Latina e Caribe, como exposto na tabela 3. Entretanto, o crescimento da participação das manufaturas está associado a segmentos de baixo valor agregado e baixa intensidade tecnológica.

Tabela 3- América Latina e Caribe: exportações de produtos primários e manufaturados, e participação na pauta exportadora.

País	Produtos Primários (Exportações totais FOB por grupo de produtos)	Produtos Manufaturados (Exportações totais FOB por grupo de produtos)	Produtos Primários (Participação no total das exportações totais por grupo de produtos)	Produtos Manufaturados (Participação no total das exportações totais por grupo de produtos)
Antigua y Barbuda	3,3	117,0	2,7	97,3
Argentina	40.893,5	14.795,3	73,4	26,6
Barbados	253,1	516,9	32,9	67,1
Belize	229,7	61,8	78,8	21,2
Bolívia	5.991,5	347,6	94,5	5,5
Brasil	109.656,1	72.686,0	60,1	39,9
Chile	50.388,2	8.663,2	85,3	14,7
Colombia	21.984,3	7.528,0	74,5	25,5
Costa Rica	4.733,7	5.157,6	47,9	52,1
Ecuador	15.294,0	1.241,7	92,5	7,5
El Salvador	1.181,4	4.145,4	22,2	77,8
Guatemala	6.107,3	4.468,4	57,7	42,3
Guyana	577,1	354,3	62,0	38,0
Honduras	2.599,2	1.330,1	66,1	33,9
Jamaica	629,4	673,6	48,3	51,7
Mexico	62.805,3	306.161,2	17,0	83,0
Panama	1.101,3	10.044,5	9,9	90,1
Paraguay	7.643,2	797,2	90,6	9,4
Peru	25.733,0	3876,4	86,9	13,1
Republica Dominicana	2.255,2	4847,0	31,8	68,2
Santa Lucia	48,9	70,9	40,8	59,2
Suriname	1.182,4	83,6	93,4	6,6
Uruguay	5.391,1	1.531,8	77,9	22,1
América Latina y el Caribe	366.682,2	449.499,6	44,9	55,1

Fonte: Anuario Estadístico da America Latina y el Caribe 2016

Tratando-se apenas dos países latino-americanos, ou seja, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, a exportação de bens primários fica com o aporte de 61,76% e os bens manufaturados com 38,24%. Os países Cuba, Haiti, Nicarágua e Venezuela não estão dispostos na tabela acima.

Além dos aspectos socioeconômicas que o extrativismo e o neoextrativismo deixam no lastrear de um país, há também as imputações socioambientais. Segundo Acosta (2016),

(...) as comunidades em cujos territórios ou arredores são realizadas essas atividades extrativistas sofreram e sofrem os efeitos de uma série de dificuldades socioambientais derivada desse tipo de explorações. A miséria parece ser, portanto, consubstancial à presença de enormes quantidades de recursos naturais (com alta renda diferencial). Essa modalidade de acumulação não requer mercado interno e, inclusive, não necessita dele, posto que funciona com salários decrescentes. Não há suficiente pressão social para obrigar a reinvestir no aperfeiçoamento da produtividade. O rentismo determina a atividade produtiva e certamente o resto de relações sociais. Como consequência, essas atividades extrativas promovem relações sociais clientelistas, que beneficiam os interesses das próprias empresas transnacionais e impedem a execução de adequados planos de desenvolvimento nacionais e locais. A economia extrativista deteriora grave e irreversivelmente o meio ambiente. O estudo da atividade mineradora ou petrolífera ao redor do planeta evidencia inúmeros danos e destruições múltiplas e irreversíveis à Natureza. Além disso, são incontáveis as tragédias humanas e a destruição de potencialidades culturais dos povos. (p.61 e 62).

Como citado, o extrativismo e o neoextrativismo causam impactos negativos ao meio ambiente. Seu caráter extrator voraz da natureza acentua a destruição do meio ambiente e marginaliza povos tradicionais. Com isso essa atividade traz um aspecto comum a qualquer atividade econômica. Segundo Hauwermeiren (1999), as atividades econômicas em geral cumprem um papel destrutivo ante ao meio ambiente, comprovando o inerente impacto do modelo supracitado. A autora coloca que

Toda actividad económica necesita insumos de la naturaleza, energía, recursos y necesita al medio ambiente, como "recipiente" de sus residuos. La actividad económica depende por completo de las funciones del medio ambiente, sin embargo, al mismo tiempo causa daño a estas funciones. Como factores importantes, determinantes del impacto ambiental de la actividad económica, se identifican:

*El tamaño o la escala de la economía (dependiente de la población y el nivel de ingreso, entre otros).

*La estructura de la economía (intensiva en el uso de los recursos naturales y creadora de industrias contaminantes).

*La tecnología (innovación, distribución y aplicación).

*La eficiencia de la economía (la cantidad de input por unidad de output).

*El marco social e institucional en el cual opera la actividad económica. (p.36 e 37).

Portanto, é necessário entender a importância dos recursos naturais, para além disso, a relevância em preservá-los. Segundo Georgescu-Roegen (2007),

La importancia de los recursos naturales en la vida de nuestra especie está escrita sobre la faz de nuestra historia. La Gran Migración que desplazó tribu tras tribu desde Asia a Europa durante los primeros mil años de nuestra era se desencadenó por el agotamiento de los nutrientes del suelo después de miles de años de pastoreo y sobre pastoreo. Todas las guerras han sido libradas por la posesión o el control de recursos naturales, incluso aunque el grito de combate fuera ideológico. Las guerras “limitadas” que en la actualidad se desencadenan en un lugar y luego se abandonan en otro, no ponen en tela de juicio esta verdad. (p.109 e 110).

Sabe-se que os recursos naturais são de tamanha relevância para a sociedade e sua sobrevivência. Por consequência, tais bens, normalmente, são alvos de disputa ou relações bilaterais. Como segue o exemplo colocado por Ziegler (2013) sobre a relação Estados Unidos e o petróleo no Oriente Médio, golfo Pérsico e Ásia Central,

Os Estados Unidos queimam, diariamente, em média, vinte milhões de barris de petróleo, isto é, a quarta parte da produção mundial. 61% desse total - ou seja, pouco mais de doze milhões de barris diários - são importados. No Texas, no golfo do México (*off-shore*) e no Alasca, produzem-se tão só oito milhões de barris.

Para o presidente dos Estados Unidos, é evidentemente preocupante essa dependência em face do exterior. E o mais significativo é que o essencial petróleo importado provém de regiões do mundo em que a instabilidade política é endêmica e onde os norte-americanos não são queridos - em suma, de países que não podem assegurar sem problemas a produção e exportação para os Estados Unidos.

Consequência: o governo dos Estados Unidos deve manter nessas regiões - notadamente no Oriente Médio, no golfo Pérsico e na Ásia Central - uma força militar (terrestre, aérea e naval) extremamente cara. (p.250).

A partir do que foi desenvolvido na primeira parte deste trabalho, fica entendido que o extrativismo é um termo em disputa. O mesmo pode ser colocado como aspecto vinculado a uma produção equilibrada, ou seja, sustentável e, também, como um meio de supressão das necessidades do *homo economicus*. Além disso, o extrativismo e o neoextrativismo são atividades econômicas que ocorreram e ocorrem na América Latina a partir de uma estruturação global e especialização dessas áreas para tal. Dentro dessa ideia vários outros elementos se degingolam, como as relações de dependência entre países que se desenvolvem a partir do modelo de atividade extrativista e neoextrativista, criteriosamente periféricos, e os países que consomem suas *commodities*, mas produzem bens tecnológicos; a superexploração dos recursos naturais das áreas latinas; a desindustrialização e uma consequente reprimarização das economias latino-americanas. E, finalmente, embutida aos aspectos da atividade,

deve-se pensar em suas implicações ao meio ambiente, a limitação destes recursos e sua importância para a população.

Ademais três dimensões são desenganadas na América Latina. Primeira a socioeconômica, mostrando a falência estrutural dos países latino-americanos com base agroexportadora; a segunda é de caráter socioambiental, colocando quanto aos conflitos em áreas de disputa por espaço (terra) e, a terceira, a pauta ambiental em si. Apontando brevemente, a deterioração ambiental que a ação extrativista e neoextrativista podem redundar. Ressalta-se que a relação de dependência que os países periféricos tem quanto aos países desenvolvidos, ocasionando permanente manutenção no subdesenvolvimento.

Feito este preâmbulo, é necessário tratar com maior afinco as atividades econômicas brasileiras ao longo da história. Com isso, é importante mostrar, brevemente, o processo histórico da economia brasileira, denotando o seu encaixe na economia mundial, e em quais momentos históricos o extrativismo, o neoextrativismo, a industrialização e a financeirização estão alinhados ou não com a base econômica deste país.

3. BRASIL: MARCOS HISTÓRICO DO EXTRATIVISMO E NEOEXTRATIVISMO

Este capítulo apresenta como a economia brasileira se situou no mercado mundial ao longo da história e denota se houve ou não um processo extrativista e neoextrativista no país. Em vista disso, é mostrado o percurso econômico brasileiro e quais os principais bens produzidos e exportados em seus 516 anos (1500 – 2016).

A vinda dos europeus para as américas traz consigo necessidades econômicas dos povos europeus. Inicialmente, a perspectiva das Grandes Navegações era para buscar metais preciosos e expandir comercialmente a Europa. Como relata Furtado (1959),

A descoberta das terras americanas é, basicamente, um episódio dessa obra ingente. De início pareceu ser episódio secundário. E na verdade o foi para os portugueses durante todo meio século. Aos espanhóis revertem em sua totalidade os primeiros frutos, que são também os mais fáceis de colher. O ouro acumulado pelas velhas civilizações da meseta mexicana e do altiplano andino é a razão de ser da América, como objetivo dos europeus, em sua primeira etapa de existência histórica. A legenda de riquezas inapreciáveis por descobrir corre a Europa e suscita um enorme interesse pelas novas terras. Esse interesse contrapõe Espanha e Portugal, “donos” dessas terras, às demais nações europeias. A partir desse momento a ocupação da América deixa de ser problema exclusivamente comercial: intervêm nele importantes fatores políticos. (p.14)

Com a descoberta de metais preciosos, as Américas começam a ser observadas com maior critério e outros produtos são procurados nesta área, principalmente, os metais. Por consequência, inicia o processo de busca por bens nas terras brasileiras. Portugueses e espanhóis frequentam a costa do país nos últimos anos do século XV na busca contínua por algum produto, mas com poucas esperanças. Prado Jr. (2008) afirma que

Descoberto assim o território que haveria de constituir o Brasil, não se tardou muito em procurar aproveitá-lo. As perspectivas não eram brilhantes. O famoso Américo Vespúcio, que viajou como piloto alternadamente com espanhóis e portugueses, e que nos deu com suas cartas a primeira descrição do novo mundo, escreverá a respeito: Pode-se dizer que não encontramos nada de proveito” (p.24)

Todavia, anos mais tarde, os portugueses perceberam na costa brasileira uma abundante espécie vegetal que se parecia com outra encontrada no Oriente, no caso, o pau-brasil. O Conde Ficalho *apud* Souza (1939) afirma que

O brasil de que Orta fala apenas de passagem, merece no entanto um nota especial. Era a madeira de uma árvore da família das Leguminosae, *Caesalpinia Sappan*, Linn., madeira empregada na tinturaria, e conhecida no commercio europeu, desde os antigos tempos da idade media, pelos nomes de brazil, brésil, em italiano *cerzino*, os quaes se julgaram derivados de brasa ou braise, pela côr vermelha da madeira. (p.82).

Prado Jr. (2008) coloca que

Espalhada por larga parte da costa brasileira, e com relativa densidade, observou-se uma espécie vegetal semelhante a outra no Oriente, e de que se extraía uma matéria corante empregada na tinturaria. Tratava-se do pau-brasil (...) (p.25).

Segundo Simonsen (2005),

A exploração comercial da terra de Santa Cruz não podia, portanto, oferecer, de início, atrativos a Portugal, absorvido como estava nos problemas do riquíssimo escambo com o Oriente. E a nau com que Cabral comunicou a El-Rei D. Manuel a nova descoberta, levou também as primeiras amostras do pau-brasil, como sendo a única mercadoria de valor real que se apresentava fácil aos olhos dos mercadores portugueses. (p.70 e 71).

E, assim, o pau-brasil foi o primeiro bem extraído do Brasil com o intuito de exportação. Portugueses e franceses ocupam o litoral brasileiro extraindo o produto de forma rudimentar e agressiva. Segundo Prado Jr. (2008),

(...) até quase meados do séc. XVI, encontraremos portugueses e franceses traficando ativamente a costa brasileira com o pau-brasil. Era uma exploração rudimentar que não deixou traços apreciáveis, a não ser pela destruição impiedosa em larga escala das florestas nativas donde se extraía a madeira. (p.25).

Tendo o pau-brasil como produto comercializado para fora do país denota-se que o início da abordagem econômica ampliada de tal, ou seja, saindo do processo de subsistência e adentrando a uma estrutura global, tem uma essência extrativista e de forte impacto ao meio ambiente. Com a falência do pau-brasil, como matéria-prima primordial no cenário brasileiro, encerra-se a primeira etapa da economia brasileira, subdividida por Paulani (2012),

A primeira fase é aquela da expansão dos estados territoriais originários, em que o Brasil se coloca como reserva patrimonial, base de operação de força de trabalho compulsória e fonte de fornecimento de metais preciosos e matérias-primas. Em outras palavras, nesse primeiro momento, o país constitui-se em puro e simples objeto de espoliação, expediente típico da fase de acumulação primitiva² então em curso. Inicialmente, nosso país se coloca, portanto, como parte subordinada de um processo que tem seu movimento principal na Europa e que constitui a etapa primeira da afirmação do modo de produção capitalista em nível mundial. (p. 89 e 90).

O primeiro bem extraído do país teve rápido descenso econômico por conta do elevado processo de extração e, conseqüente, esgotamento da fonte. Com o fim do ciclo do pau-brasil os portugueses precisavam encontrar uma nova forma de exploração das terras “descobertas”. Necessitando de uma maior produção de cana-

de-açúcar, os lusitanos apoiados por holandeses apostaram na extensão territorial brasileira para produzir a mercadoria. Segundo Furtado (2003),

A contribuição dos flamengos - particularmente dos holandeses - para a grande expansão do mercado do açúcar, na segunda metade do século XVI, constitui um fator fundamental do êxito da colonização do Brasil. Especializados no comércio intra-europeu, grande parte do qual financiavam, os holandeses eram nessa época o único povo que dispunha de suficiente organização comercial para criar um mercado de grandes dimensões para um produto praticamente novo, como era o açúcar. Se se têm em conta, por um lado, as grandes dificuldades encontradas inicialmente para colocar a pequena produção da Madeira, e por outro a estupenda expansão subsequente do mercado, que absorveu com preços firmes a grande produção brasileira, torna-se evidente a importância da - etapa comercial para o êxito de toda a empresa açucareira. (p. 20 e 21).

Simonsen (2005) indica que inicialmente não havia necessidade de se produzir cana-de-açúcar no país. Entretanto, com a melhora dos preços do açúcar no mercado mundial, viu-se com maior interesse a elevação da produção de cana.

No Brasil, não se justificava, nos primeiros tempos, o plantio de um artigo já em superprodução nos mercados portugueses. Com a melhoria dos preços, que se foi verificando a partir da segunda década do século XVI, incrementaram os portugueses a produção das ilhas e parece que, na terceira década, se plantou cana junto à feitoria de Pernambuco. (p.120).

Por isso, até meados do século XVII a economia brasileira é pautada pela cana-de-açúcar, ou seja, é o principal produto da economia do país. Prado Jr. (2008) assinala que

Durante mais de século e meio a produção do açúcar, (...), representará praticamente a única base em assenta a economia brasileira. Aliás sua importância, mesmo internacional, é considerável. Até meados do séc. XVII o Brasil será o maior produtor mundial de açúcar, e é somente então que começarão a aparecer concorrentes sérios: as colônias da América Central e Antilhas. (p.39).

Ressalta-se que no início do século XVII o Brasil teve outro tipo de mercadoria produzida, o tabaco. Mas tal bem foi produzido em um nível bem inferior comparado a cana-de-açúcar. A produção deste bem servia, apenas, como produto de troca/escambo por escravos.

Com a descoberta de metais preciosos no Brasil nos primórdios do século XVIII, a cana-de-açúcar torna-se um produto menos interessante aos olhos dos nossos colonizadores, e tal produto entra em declínio. Prado Jr. (2008) coloca que

O interesse da metrópole pelo Brasil e o desenvolvimento consequente de sua política de restrições econômicas e opressão administrativa tomarão considerável impulso sobretudo a partir de princípios do séc. XVIII quando se fazem na colônia as primeiras grandes descobertas de jazidas auríferas. A mineração do ouro no Brasil ocupará durante três quartos de século o centro das atenções de Portugal, e a maior parte do cenário econômico da colônia.

Todas as demais atividades entrarão em decadência, e as zonas em que ocorrem se empobrecem e despovoam. (p.56).

Simonsen (2005) afirma que

Finalmente, entre 1700 e 1750, as minas de ouro do Brasil e as minas espanholas, principalmente as mexicanas, elevaram novamente a média exportada, que iria alcançar o seu apogeu na segunda metade do século XVIII, com o grande reforço da mina argentífera de Valenciana e de outras. (p.319).

Como relatado, após dois séculos de procura os portugueses encontraram a terceira mercadoria que será extraída e exportada do Brasil, o ouro já que a quantidade de ouro encontrada no país era abundante. O autor supracitado expõe que “o ouro do Brasil que, se na escala de hoje representa uma modesta parcela no volume existente de metais preciosos, traduzia naquele tempo a maior massa aurífera explorada e produzida após a queda de Roma”. (SIMONSEN, 2005, p.314)

Um aspecto importante a se colocar é que nesse arcaçouço econômico, ou seja, com a descoberta do ouro, o Brasil transforma-se estruturalmente, há investimentos em sua ampliação demográfica (exploração de áreas) e sua configuração demográfica altera, como por exemplo, aspectos étnicos.

Observada de uma perspectiva ampla, a economia luso-brasileira do século XVIII se configurava com uma articulação - e articulação fundamental - do sistema econômico em mais rápida expansão na época, ou seja, a economia inglesa. O ciclo do ouro constitui um sistema mais ou menos integrado, dentro do qual coube a Portugal a posição secundária de simples entreposto. Ao Brasil o ouro permitiu financiar uma grande expansão demográfica, que trouxe alterações fundamentais à estrutura de sua população, na qual os escravos passaram a constituir minoria e o elemento de origem européia, maioria. (FURTADO, 2003, p. 45).

Além dos aspectos colocados por Furtado, a mineração no Brasil desencadeou, também,

(...) o deslocamento no eixo econômico da colônia, antes localizados nos grandes centros açucareiros do Nordeste (Pernambuco e Bahia). A própria capital da colônia (capital mais de nome, pois as diferentes capitânias, que são hoje os estados, sempre foram mais ou menos independentes entre si, subordinando-se cada qual diretamente a Lisboa) transfere-se em 1763 da Bahia para o Rio de Janeiro. (PRADO JR., 2008, p.64 e 65).

O ciclo do ouro brasileiro entra em declínio no fim do século XIX, “O ouro brasileiro abalou o seu império – que foi finalmente destruído, na Europa e na América, a partir de 1870”. (SIMONSEN, 2005, p. 328). É importante ressaltarmos que foi a primeira crise de oferta brasileira, ou seja, a incapacidade do mercado de maior extração do bem. Segundo Castro (1975, p.28), “A crise e decadência da economia

do ouro, ao contrário dos demais casos na história brasileira, teve origem na incapacidade de sustentação da oferta”.

Expõe-se sucintamente o processo econômico brasileiro em seu período colonial, ou seja, em seus quase 350 anos, aproximadamente, o processo econômico brasileiro baseou-se no extrativismo colonial: em um primeiro momento vegetal (pau-brasil e cana-de-açúcar) e, posteriormente, mineral (ouro).

Após o esfacelamento do momento aurífero, o Brasil atem-se, novamente, a agricultura. “(...) a primeira metade do século XVIII é um período sombrio para agricultura brasileira. Mas a situação modificar-se-á completamente na sua última parte”. (PRADO JR., 2008, p.79). Nessa época a lavoura algodoeira, a cana-de-açúcar, o couro e o charque apareceram com alguma relevância econômica, mas alcançando o impacto econômico extrativo dos produtos anteriores. Ademais, os processos políticos europeus e a vinda da corte portuguesa para o Brasil trouxeram ao país uma maior liberdade econômica.

O estímulo econômico trazido pela liberdade comercial e demais medidas resultantes da transferência da corte para o Brasil, se revela nos dados do comércio exterior, índice fundamental numa economia como a nossa. As estatísticas que possuímos para a época não são completas nem muito seguras. Pode-se contudo aceitar algumas pelo menos para orientação. Assim, em 1812, a exportação cifra-se em cerce de 4.000 contos de réis, e a importação 2.500; em 1816 esses números sobem respectivamente para 9.600 e 10.300; e em 1822 (ano que foi proclamada a independência), 19.700 e 22.500. (PRADO JR., 2008, p.132).

Isto é, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, os níveis de exportação e importação aumentam substancialmente. Entretanto é apenas na segunda metade do século XIX que uma nova cultura extrativista impõe-se em larga escala no Brasil, o café.

A expansão cafeeira da segunda metade do século XIX, durante a qual se modificam as bases do sistema econômico, constituiu uma etapa de transição econômica, assim como a primeira metade desse século representou uma fase de transição política. É das tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se então definitivamente a etapa colonial da economia brasileira. (FURTADO, 2003, p. 48).

Castro (1975) afirma que

Foi sem dúvida o café que, expandindo-se impetuosamente pelo Vale do Paraíba, criou uma alternativa comercialmente válida para o reaproveitamento da mão-de obra, que refluirá em direção ao litoral. Seu ingresso no Sul de Minas e da Zona da Mata, no terceiro decênio do século XIX, inaugurava intenso movimento de derrubada da floresta tropical. Esta

daria lugar a uma atividade exportadora, que proveria a região mineira de novo no centro de gravidade. (p.30).

Logo, o café, ator econômico principal neste momento histórico, traz consigo uma nova formatação política ao Brasil. Inicialmente, sua independência e, posteriormente, a proclamação da república, fazendo com que o país aprofundasse suas relações comerciais com o mercado mundial. Referindo-se a perspectiva ambiental do café, para a suplantação de cafezais foi propagada uma grande devastação ambiental em determinadas áreas, por conta do seu modelo de organização da agricultura, o *plantation*, mesma forma de produção da cana-de-açúcar.

Em matéria de organização, a lavoura cafeeira seguiu os moldes tradicionais e clássicos da agricultura do país: a exploração em larga escala tipo plantação (a *plantation* dos economistas ingleses), fundada na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos negros, substituídos mais tarde, (...), por trabalhadores assalariados. (PRADO JR., 2008, p. 165 e 166).

Nesse período, com o desenvolvimento tecnológico expandindo-se na Europa, o Brasil também recebe um maior nível tecnológico em sua agricultura, ou seja, são os primórdios do complexo agroindustrial.

(...) expande-se um outro curso evolutivo que une, no açúcar, em grandes unidades produtivas, s novos industriais usineiros aos mais poderosos latifundiários canavieiros e, do mesmo modo, no café, agrupa numa mesma unidade produtora, dentro dos mesmos grandes latifúndios, onde vão se instalar os maquinismos de processamento, cultivadores e beneficiadores, produtores de café em coco convertidos em “fabricantes” de café de máquina. Na verdade a marcha da industrialização dava, depois dos anos 1870, os primeiros grandes passos no sentido da integração vertical da grande lavoura, ou seja, no sentido da gestação do que se irá chamar complexo agroindustrial. (GUIMARÃES, 1982, p.66).

Nessa época outras culturas extrativas eram utilizadas. O Brasil tinha a extração de borracha, principalmente, na região amazônica. Simonsen (2005, p.449) afirma que “A indústria extrativa, com o aparecimento da borracha, iria dar, no século imediato, um novo impulso e uma nova redistribuição de valores no vale amazônico”. Prado Jr. (2008), também, faz apontamentos sobre o ciclo da borracha.

No mesmo momento em que a lavoura cafeeira alcança o zênite da sua prosperidade (primeiro decênio do século), uma outra atividade vem quase emparelhar-se a ela no balanço da produção brasileira: a extração da borracha. Este gênero é fornecido por uma árvore nativa dos trópicos americanos (México, América Central, bacia amazônica), a seringueira, cujo nome científico é *hevea brasiliensis*, e foi imemorialmente utilizada pelos indígenas que a empregavam na confecção de calçados, mantos, seringas e bolas elásticas que serviam nos seus jogos. (p.243).

E, Furtado (1959),

A borracha estava destinada, nos fins do século XIX e começo do XX, a transformar-se na matéria-prima de procura em mais rápida expansão no mercado mundial. Assim como a indústria têxtil caracterizara a Revolução Industrial de fins do século XVIII e a construção das estradas de ferro os decênios da metade do século seguinte, a indústria de veículos terrestres a motor de combustão interna será o principal fator dinâmico das economias industrializadas, durante um largo período que compreende o último decênio do século passado e os três primeiros do século XX. Sendo a borracha um produto "extrativo" e estando o estoque de árvores então existente concentrado na bacia amazônica, (...). (p.156)

Tinha-se, também, o cacau como produto de exportação.

A exportação do cacau representa durante o período colonial, a maior fonte de riqueza do vale amazônico. Em termos absolutos, contudo, a importância comercial do produto foi então sempre pequena. É no século XIX, com o progresso da indústria e consumo do chocolate na Europa e nos Estados Unidos, que o cacau se torna gênero de grande expressão econômica. (PRADO JR., 2008, p. 247).

E, por fim, o açúcar, como afirma Prado Jr (2008, p.249), "As demais atividades agrárias além das que acabamos de ver, não representam, no conjunto do período republicano até 1930, senão papel medíocre e de insignificante expressão econômica. Inclui-se aí também o açúcar".

Neste momento histórico existe um setor desenvolvendo-se lentamente e concomitantemente a agricultura, é a industrialização brasileira.

3.1 O processo de industrialização brasileira

No Brasil havia um processo de industrialização sutil no início do século XIX, principalmente, vinculado a produção têxtil da época. Mas no fim deste período há um impulsionamento da industrialização, ou seja, além do complexo agroindustrial, a indústria brasileira começa aparecer em outros setores. Segundo Cano (2002, p.71) "Até o último quartel do Século XIX, os estabelecimentos industriais existentes no Brasil são pouco numerosos e o seu conjunto inexpressivo. Para Roberto Simonsen, o primeiro surto industrial ocorre na década de 1880 a 1890". E, continua,

Ao colocarmos a análise do crescimento da indústria e, em particular, das relações entre a expansão cafeeira e o crescimento da indústria no quadro geral definido pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil, temos como primeira consequência o abandono da divisão puramente técnica entre indústria e agricultura. A predominância da agricultura não representa mais um critério absoluto para a determinação da unidade no período histórico. A partir do último quartel do século XIX, apesar da agricultura manter-se como a atividade dominante, as transformações das relações de produção determinam um novo período que, por suas características básicas, está

muito mais ligado aos períodos posteriores, em particular à industrialização, do que os períodos anteriores onde a acumulação de apoiava no trabalho escravo. (p.75).

Segundo Prado Jr. (2008),

Depois de seus modestos princípios, a indústria brasileira terá seu primeiro surto apreciável no último decênio do Império (1880-89), coincidindo com esta fase já assinalada de geral recrudescimento das atividades do país. O número de estabelecimentos industriais, de pouco mais de 200 em 1881, ascende no último ano da monarquia para mais de 600. O capital invertido sobe então a 400.000 contos (cerca de 25 milhões de libras), sendo 60% na indústria têxtil, 15% na de alimentação, 10% na de produtos químicos e análogos, 4% na indústria de madeira, 3 1/2% na de vestuário e objetos de tocador, 3% na metalurgia.

Esta fase de progresso industrial prolongar-se-á na República, correspondendo à febre de iniciativas dos primeiros anos do novo regime. O brusco declínio de câmbio que então se verifica ainda virá reforçar a situação próspera da indústria; e o rompimento do equilíbrio conservador do Império abrirá as portas para uma política de mais consciente amparo à produção do país. (p.262).

A partir do crescimento e contínuo incremento da indústria brasileira no final do século XIX e início do século XX, as desigualdades regionais começaram a aparecer.

Segundo Cano (1981),

O bom desempenho das exportações de cacau e fumo no Nordeste não foi suficiente para compensar a forte queda dos preços e das quantidades exportadas para o exterior do açúcar e do algodão daquela região. A Amazônia vivia seu período áureo, satisfazendo-se com importações do exterior e, talvez, com algum fornecimento de alimentos provenientes do Extremo Sul.

Essa era a situação, bastante resumida, do setor exportador entre 1895 e 1913. Penso ter deixado claro que apenas São Paulo contava com possibilidades satisfatórias de expansão: São Paulo, que, dada a situação cafeeira, bloqueara seu plantio – inclusive recorrendo a medidas legais -, com o que libertava seu excedente para acumulação de capital e ainda mais diversificada. Dessa forma, o período de 1905 a 1913 marca um dos momentos mais férteis da história paulista e brasileira de acumulação de capital na indústria.

Assim, a economia paulista pôde dar excepcional salto à frente das demais regiões, ampliando e diversificando sua indústria. (p.67).

A economia brasileira em formas gerais inicia um processo de disparidade econômica regional, na qual São Paulo e regiões aproximadas (Centro-Sul) tem um desenvolvimento mais ampliado por conta do processo de industrialização, enquanto outras regiões, principalmente Norte e Nordeste, continuam com o processo agroexportador e menor desenvolvimento.

Com o início do processo de industrialização, alguns autores encerram mais uma etapa ou fase da economia brasileira, ou seja, até os anos de 1930. Eles suscitam que no país há uma continuidade do extrativismo de forma mais diversificada (café,

borracha, cacau, açúcar) e um processo de acumulação no centro do capitalismo baseado pelos bens produzidos nas “ex-colônias”. Segundo Paulani (2012),

Na segunda fase, o país aparece como produtor de bens primários, de baixo valor agregado, num processo objetivado em movimentos cíclicos assentados, cada um deles, em produtos qualitativamente distintos. Num período que abrange desde a época do exclusivo metropolitano até o início do século XX, o Brasil vai funcionar como alavanca da acumulação no Centro,³ singrando ao sabor de um processo determinado desde fora, em tempos de consolidação e afirmação do modo capitalista de produção. Apesar de bastante longo, e muito diferente entre si em vários outros aspectos, do ponto de vista que aqui nos concerne, esse período possui uma similaridade formal, na medida em que, de ciclo a ciclo, o país vai desempenhando sempre o mesmo papel, ofertando sempre o mesmo tipo de bem. Os produtos agrícolas e matérias-primas aqui produzidos garantiam o sucesso da acumulação capitalista nos países centrais e mantinham a natureza heterônoma da economia brasileira. (p.90).

A partir desse construto, a industrialização brasileira está incorporada em duas fases da economia brasileira. A primeira, como já citado anteriormente, de forma incipiente e de baixa complexidade, principalmente, no setor têxtil e, a segunda, com produtos de maior complexidade para serem substituídos por produtos que eram importados.

A primeira fase pode ser observada com nitidez através do desenvolvimento da indústria têxtil. A especialização apoiada na exportação de produtos primários – café, borracha, cacau, etc. – permitira uma elevação da renda nacional e a expansão do mercado interno de produtos de consumo geral. (p.109)

Em sua segunda fase o processo de industrialização apresenta uma complexidade muito maior. Tem sido ele qualificado de substitutivo de importações, se bem que a fase anteriormente referida também apresenta características, porquanto a demanda preexistia, sendo satisfeita mediante importações. O que verdadeiramente caracteriza a segunda fase das tensões estruturais engendradas pelo declínio da capacidade de importar, tensões essas que pode impulsionar a industrialização caso se apresente certas condições. (FURTADO, 2003, p.111)

É importante apontar que neste momento histórico a crise de 1929 contribuiu para o desenvolvimento dos mercados internos, como o brasileiro, mas, ao mesmo tempo, fez com que o café entrasse declínio. Com isso, pós-1929 a industrialização brasileira entra na sua segunda fase tendo o papel de suprir a produção de bens que anteriormente eram importados dos centros do capitalismo . Para Paulani (2012)

(...)nos anos 1930, acontece, para retomar os termos do clássico diagnóstico de Furtado, o “deslocamento do centro dinâmico da economia”, abrindo-se assim a possibilidade de que o processo de acumulação passasse a ser determinado desde dentro, com sua dinâmica sendo pautada pelas variáveis relacionadas à economia doméstica.

Essa nova conjuntura, resultado da combinação de fatores políticos internos com a gravidade da crise econômica mundial que então se alastrava, preparou as condições para a terceira fase de inserção da economia brasileira no movimento mundial de acumulação. Acossado já pelo problema

da sobreacumulação, o capital do Centro do sistema vai encontrar na economia brasileira, nos anos 1950, o mercado que começava a escassear no mundo desenvolvido. O país torna-se assim objeto do deslocamento espacial do capital do Centro, fazendo com que o processo de acumulação “determinado desde dentro” fosse comandado, nos setores mais dinâmicos da economia, pelas necessidades e imperativos do capital de fora. Apesar disso foi nesse período que se gerou a primeira possibilidade efetiva de a economia brasileira deixar para trás sua crônica dependência e ganhar autonomia na determinação da forma e do conteúdo do processo de acumulação. (p.90)

Como aponta a autora, a partir de 1930 o Brasil teve possibilidade de trabalhar em prol de sua independência econômica e desenvolver sua industrialização com o processo de substituição de importações. Não apenas a autora, mas Furtado, também, indica o tamanho crescimento do setor no século XX.

Entre 1939 e 1949, a produção industrial cresceu numa taxa anual média de 7,2 por cento; entre 1949 e 1959, essa taxa se elevou a 8,5 por cento, e entre 1959 e 1964 a 9,7 por cento. Temos assim um quarto de século de crescimento industrial com uma taxa média de 8,3 por cento. (FURTADO, 2003, p.113)

A partir destes números, criou-se uma expectativa em um provável desenvolvimento da economia brasileira. Todavia, o processo de industrialização dos países latino-americanos, incluindo o Brasil, foi travado pela sua posição “natural” na Divisão Internacional do Trabalho. Segundo Moreira & Magalhães (2013),

O pensamento da CEPAL ou o estruturalismo latino-americano surge como crítica à visão de que o caminho para o desenvolvimento é único, partindo da existência de dois grupos diferentes de país, a saber, o centro (produtor e difusor de tecnologias industriais) e a periferia (produtora de bens primários). À medida que os países ditos periféricos foram se industrializando, e as diferenças essenciais entre “centro e periferia” sofriam alterações sensíveis, o próprio pensamento cepalino foi obrigado a adaptar ênfases e a renovar interpretações de modo a adaptar-se aos novos contextos históricos. Sua contribuição fundamental repousa, no entanto, na não aceitação de um caminho único para o desenvolvimento e na observação de que os países possuem “diferenças estruturais” entre si que os levam a estágios diferentes do mesmo “desenvolvimento”. A euforia dos anos do pós guerra, nas décadas de 50 e 60, dá lugar a uma nuvem de desesperança e desilusão diante do desenvolvimento. (p.189).

Os autores ressaltam que essa desilusão é vista por relevantes pensadores no campo da teoria marxista da dependência, que viam limites ao desenvolvimento dos países periféricos no contexto do sistema capitalista, propondo uma saída desse impasse pela via do socialismo. Na concepção desses autores, os principais problemas dos países periféricos latino-americanos estavam associados a sua inserção na divisão internacional do trabalho.

O esgotamento do modelo industrial brasileiro foi gerado por duas vertentes: o excesso de produção de bens e uma baixa tecnologia industrial do país, acarretando

em um complicado processo de disputa concorrencial entre os bens produzidos internamente em relação aos que advinham dos países centrais. Segundo Santiago (1984),

A industrialização com base na indústria de bens de consumo duráveis chegou a saturação por dois lados. Pelo excesso de produção e pelo desajustamento resultante do atraso da indústria de bens de capital e bens intermediários, o que obrigava a importação desses bens em valores crescentes e finalmente insuportáveis.

Para contornar a crise, em 1974 o governo procura solucionar um dos pontos de estrangulamento dando impulso de bens de capital e bens intermediários. Porém, como sempre, o faz aprofundando a dependência, promovendo projetos em associação (joint ventures) com o capital estrangeiro. E, em particular, estimula a associação direta do capital estrangeiro com empresas estatais. São exemplos as associações da Vale do Rio Doce com a U.S. Steel, com Finsider, Aracruz e tantos outros casos. (p.17 e 18).

Com o baixo nível tecnológico da indústria genuinamente brasileira, foi necessário fazer consórcios com empresas dos países centrais para uma tentativa de manutenção industrial do país. Entretanto, tal modelo de melhoramento tecnológico do país contribuiu para o aprofundamento do processo de dependência entre centro e periferia.

Com essa movimentação, a desesperança dos autores da teoria da dependência em relação a industrialização brasileira é corroborada. Por conseguinte, Paulani (2012) aponta uma nova sistematização econômica e uma rearticulação do Brasil no sistema mundo.

O país torna-se assim objeto do deslocamento espacial do capital do Centro, fazendo com que o processo de acumulação “determinado desde dentro” fosse comandado, nos setores mais dinâmicos da economia, pelas necessidades e imperativos do capital de fora. Apesar disso foi nesse período que se gerou a primeira possibilidade efetiva de a economia brasileira deixar para trás sua crônica dependência e ganhar autonomia na determinação da forma e do conteúdo do processo de acumulação.

Essa possibilidade, no entanto, não se tornou realidade, porque a crise que se adiará, entre outros expedientes, pelo citado deslocamento espacial dos capitais do Centro, tornou-se inevitável nos anos 1970, engendrando uma série de transformações que viriam alterar sobremaneira a feição da acumulação tanto dentro quanto fora do Brasil. Começa a se constituir aí aquilo que viria a ser chamado de “financeirização”, indicando um processo em que a acumulação se dá sob os imperativos e a lógica da valorização financeira. (p.90 e 91).

Em perspectiva mundial, Chesnais (2002) descortina que tal processo de financeirização aconteceu em dois momentos históricos; no início do século XX e, de forma mais acentuada, nos anos de 1979/80.

(2) Desde 1979/80, assistiu-se ao ressurgimento de um capital de aplicação financeira altamente concentrado, que havia desaparecido durante cerca de 60 anos. Nas últimas duas décadas, ocorreu também o reaparecimento dos mercados financeiros, seguido por pleno florescimento, garantindo a esse

capital os privilégios particulares, bem como poder econômico e social notável, ligados à “liquidez”.(...)

(3) A partir de meados dos anos 1980, o capital de aplicação financeira conquistou posições, o que lhe permitiu exercer um peso significativo sobre o nível e a orientação do investimento, bem como na configuração da distribuição da renda. Isso incentivou alguns poucos pesquisadores a levarem adiante a hipótese segundo a qual o regime de acumulação potencialmente “sucessor” do regime “fordista” consistiria num regime organizado a partir de relações originadas menos na esfera produtiva do que na esfera financeira. Tratar-se-ia de um “regime de acumulação com dominação financeira” ou, ainda, de um “regime de acumulação financeirizado”. (p. 2).

Retomando a perspectiva brasileira, organizado ou reestruturado o processo de financeirização da economia do país, é formatada a quarta fase da economia tupiniquim. Segundo Paulani (2012).

Constituindo a quarta fase da história (...), esse novo regime de acumulação vai encontrar no Brasil a demanda por empréstimos que faltava a um capital financeiro robusto e ávido por aplicações no contexto de uma crise de sobreacumulação irresolvida no Centro. É o modo de inserção do país nessa nova fase que o torna um dos principais personagens da chamada “crise das dívidas dos países latino-americanos” que acontece nos anos 1980, e que foi responsável por duas décadas de estagnação na economia brasileira. (p.91).

Fase esta que denota a característica imperialista dos países centrais com a disposição de empréstimos para países latino-americanos, como o Brasil, a juros elevados e, conseqüentemente, os endividando e os inflacionando. Com a crise da dívida externa observa-se o esgotamento do modelo industrial baseado nas ideias do nacional desenvolvimentismo.

De fato o aumento do poder da finança na economia brasileira está associado ao abandono da experiência de industrialização baseada fundamentalmente no voluntarismo do Estado. É nesse sentido que a concepção liberal foi persuasivamente oportunista ao atribuir os efeitos da crise do modelo industrial ao intervencionismo estatal (MOREIRA, SCHERER, 2002).

Uma análise da inserção da economia brasileira no capitalismo financeirizado torna-se fundamental neste último ciclo econômico na perspectiva de: identificar os traços gerais do modelo rentista/extrativista no Brasil e seus impactos na estrutura produtiva.

4. MODELO RENTISTA/EXTRATIVISTA BRASILEIRO E SEUS IMPACTOS SOCIECONÔMICOS E AMBIENTAIS

Após o quarto ato da dinâmica econômica brasileira, adentrando ao capital financeirizado, fixa-se sua quinta e última fase totalmente imersa no capital financeiro. Segundo Paulani (2012)

Fortalecido nos anos 1980, ao encontrar no neoliberalismo o discurso e a prática de política econômica condizentes com as necessidades dessa nova etapa da história capitalista mundial, o crescente movimento de financeirização vai transformar o Brasil em plataforma internacional de valorização financeira, inaugurando, nos anos 1990, a quinta e atual fase da história da inserção da economia brasileira no processo mundial de acumulação. (p.91).

Perspectiva essa corroborada por Gonçalves (2003),

Gonçalves (2003) chamava atenção para a consolidação desse padrão de especialização exportador baseado em produtos básicos já na década de noventa. Na avaliação do autor, o processo de regressão qualitativa da inserção internacional do Brasil reflete a perda de competitividade da indústria brasileira assim como uma transformação no padrão do comércio brasileiro no sentido da reprimarização das exportações. Ou seja, o Brasil volta à indesejada situação de país exportador de bens primários e de baixo valor agregado. (p.94)

Como ilustrado pelos autores, esta fase permeia o final do século XX e início do século XXI, na qual a economia brasileira tem como base sua estrutura financeira, e a retomada da exportação de *commodities*, ou seja, sua reprimarização e/ou acumulação por espoliação (HARVEY, 2004). Moreira e Magalhães (2014) afirmam que o

(...)Brasil volta à indesejada situação de país exportador de bens primários e de baixo valor agregado. Essa configuração permanece nos anos 2000. As exportações brasileiras seguem ainda bastante especializadas em *commodities* metálicas, agrícolas e pecuárias, demasiadamente dependentes da conjuntura externa. Esse fato incrementou a participação de produtos básicos nas exportações totais do país. A parcela desse segmento saltou de 28,9% em 2003 para 47,0% em 2012. (p.93).

Ressalta-se que o desenvolvimento chinês contribuiu para com o aprofundamento primário exportador brasileiro. Segundo Paulani em artigo para o jornal *Le Monde Diplomatique*,

O *boom* experimentado no preço de várias das *commodities* em função do efeito China já seria por si só suficiente para forçar uma mudança nessa direção, empurrando de volta a economia brasileira para a indesejada posição de país produtor de bens primários e de baixo valor agregado. Ao optar conscientemente pela política econômica que atendia primordialmente aos interesses do capital financeiro, os governos que se

sucederam desde os anos 1990 jogaram mais água nesse moinho e promoveram um grande retrocesso no perfil produtivo de nossa economia. O resultado é que a desindustrialização e a reprimarização da pauta de exportações do país constituem hoje uma dura realidade. (n/p)

Analisando as porcentagens referentes a participação das exportações dos produtos primários e manufaturados nos anos de 2011 a 2014 no Brasil, segundo o Anuário Estadístico da América Latina y el Caribe de 2015, percebe-se que os bens primários tem uma participação muito superior quando comparado aos bens manufaturados. Os bens primários exportados nos anos supracitados apontam os seguintes valores, 65,9% (2011), 65% (2012), 63,6% (2013) e 65,2% (2014) e os bens manufaturados tem sua participação de 34,1% (2011), 35% (2012), 36,4% (2013) e 34,8% (2014). Desta forma, os dados representam que a economia brasileira neste período tem um aspecto primário exportador muito forte e que há uma leve oscilação para baixo no nível de exportação de bens primários em 2012 e 2013, mas que é retomada no ano de 2014.

Referindo-se aos dois últimos anos analisados (2015 – 2016), a porcentagem de participação de bens primários continua sendo forte, mas a relação entre as porcentagens começam a reduzir. Em si, os bens primários e bens secundários, respectivamente, participam de 61,9% (2015) e 60,5% (2016); e 38,1% (2015) e 39,9% (2016). O ciclo de queda dos preços das commodities no mercado mundial e desvalorização da moeda nacional em uma conjuntura de crise econômica explicam esse novo cenário.

Como pode-se perceber na tabela, os produtos com maior relevância nas exportações em dólar nos anos 2015 e 2016 são produtos primários, principalmente, a soja, petróleo e minérios de ferro, ou seja, *commodities* agrícolas e minerais. Desta forma, corroborando com a perspectiva reprimarizante apontada pelos autores. Vale ressaltar que no período supracitado os aspectos políticos influenciaram diretamente nas exportações. Desta forma, a provável instabilidade política do momento colocado contribuiu para uma retração econômica no país, retração esta que teve reflexo no PIB (Produto Interno Bruto) de 2016, terminando com uma taxa de crescimento anual de – 3,5%.

Os 10 produtos mais exportados pelo Brasil 2015-2016			
2015		2016	
Item	US\$ (FOB)	Item	US\$ (FOB)

Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	20.981.829.291	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	19.327.390.501
Óleos brutos de petróleo	11.781.308.300	Minérios de ferro e seus concentrados não aglomerados	11.575.969.901
Minérios de ferro e seus concentrados não aglomerados	10.378.928.216	Óleos brutos de petróleo	10.073.797.286
Outros açúcares de cana	5.899.281.601	Outros açúcares de cana	8.279.525.308
Café em grão	5.555.373.845	Pastas químicas de madeira	5.128.887.287
Pastas químicas de madeira	5.342.874.857	Café em grão	4.842.976.634
Bagaços e outros reíduos sólidos da extração do óleo de soja	5.003.245.433	Bagaços e outros reíduos sólidos da extração do óleo de soja	4.332.444.427
Milho em grão, exceto para semeadura	4.932.413.460	Pedaços de miudezas comestíveis de galos/galinhas, congelados	3.952.487.378
Pedaços de miudezas comestíveis de galos/galinhas, congelados	3.958.788.803	Milho em grão, exceto para semeadura	3.652.440.897
Carnes desossadas de bovinos, congeladas	3.953.397.095	Barcos- faróis/ guindastes / docas/ diques flutuantes, etc.	3.644.586.871

Fonte: Boletim anual de comércio exterior 2017

Tendo o modelo econômico baseado na produção de *commodities*, a economia brasileira reafirma outros processos: o primeiro vinculado a consolidação do país no capitalismo neoliberal, a financeirização dependente ou rentista e, ao mesmo tempo, a implantação do extrativismo (neoextrativismo). “(...)essas duas vias articulam-se e complementam-se, nos complexos processos de composição orgânica do capital, configurando a intrincada relação entre o extrativismo e o mercado financeiro, fundamento do modelo rentista-neoextrativista”. (CARVALHO, MILANEZ E GUERRA, 2018, p.20) Modelo este incapaz de transcender a perspectiva periférica brasileira. Segundo Santos (2013), “o projeto neoextrativista que se consolida nesse momento em toda a América Latina e assume contornos neodesenvolvimentistas no Brasil é

estruturalmente incapaz de superar a condição semiperiférica da economia brasileira”. (p.78 e 79). Mantendo o modelo pressuposto, a economia brasileira continuará dentro do arcabouço subdesenvolvido e dependente da tecnologia externa.

Ademais, o modelo econômico imposto no Brasil, ou seja, primário exportador, traz consigo fatos negativos ante a relação com o meio ambiente. Porto-Gonçalves (2017) considera que

(...) a expansão das monoculturas com seus agroecossistemas altamente simplificados e, por isso mesmo, altamente dependentes de energia de fora está se dando nesse momento sobre áreas de florestas tropicais e de savanas (cerrados no Brasil) e, assim, regiões de alta produtividade biológica primária estão sendo transformadas em áreas importadoras de matéria e energia. Manter elevada a produtividade em regiões de sistemas complexos, como as regiões tropicais, que estão sendo substituídos por sistemas simplificados, como as grandes monoculturas, exige, (...), uma permanente importação de energia, que, nesse caso, só deve advir de fontes que não a energia solar diariamente renovada, haja vista serem as regiões tropicais aquelas que dispõem de mais energia solar. O balanço energético para essas regiões e seus povos é, assim, necessariamente negativo, o que contribui decisivamente para manter a dependência dessas áreas, em si mesmas tão ricas em energia, em diversidade biológica, recursos hídricos e diversidade cultural, diante de todo um complexo oligárquico financeiro, como o da agroindústria, com riscos sérios não só para essas regiões, mas para a humanidade e o planeta como um todo, por sua necessária ineficiência energética. (p. 255 e 256)

Portanto o modelo baseado em produção de *commodities* compreende as áreas como espaços utilitários (ACSERALD, 2010), sem perceber seus atributos biogeoquímicos e socioculturais. Segundo Malerba, Teixeira e Siqueira (2018),

Para a razão utilitarista, o meio ambiente é compreendido como algo uno, desprovido de conteúdos socioculturais específicos e diferenciados, expresso apenas em quantidade e considerado como objeto instrumental da produção e acumulação de riqueza. (p.130)

A partir desta compreensão as áreas tornam-se apenas derivativos e números, com o intuito de obter maior utilidade, ou seja, lucratividade com a terra. Com esta percepção minimalista do meio ambiente ações agressivas vão ser atenuadas no espaço brasileiro.

O modelo reprimarizante brasileiro traz consigo impactos socioambientais, como desmatamento, poluição da água, do ar e dos solos, além de problemas vinculados a construção de hidrelétricas. Com a expansão econômica na Amazônia, fruto da integração brasileira ao mercado mundial, os principais bens produzidos são soja, gado, madeira e minérios. Advinda tal expansão, os processos na região amazônica englobam extração da madeira, o estabelecimento da produção de

commodities animais (pecuária) e, em seguida, a produção de soja. Nas produções de soja é necessário a utilização de sementes transgênicas, como a “Roundup Ready”, semente de soja resistente ao glifosato e a aplicação de agrotóxicos. A combinação destes dois elementos acarreta na redução de nutrientes e consequente empobrecimento dos solos, processos erosivos de maior intensidade e a redução da atividade microbiana, afetando o subsolo. A utilização de pesticidas contribuem, também, para problemas de saúde dos trabalhadores e comunidades próximas, via contaminação pelo ar, como doenças oncológicas ou anencefalia. (COONEY, 2016)

Cooney (2016) aponta, também, quanto aos conflitos sociais que tal modelo econômico proporciona.

A major role being carried out by the State has been the development of hydroelectric dams, which are fundamental for the generation of electricity necessary for the processing of minerals. This has brought about a number of serious social and environmental conflicts during recent years. In the case of Brazil, there have been major conflicts, such as Rio São Francisco in the northeast of Brazil and Belo Monte, in the State of Pará, with the projected displacement of 24,000 people, many of which are indigenous communities. Other environmental problems with mining involve toxic waste generated, especially due to the increased usage of toxic chemical reagents. There are also the problems brought about through processing and chemical treatment; thousands of tons of rock are processed, of which more than 90 percent are solid and liquid waste. In addition, the tendency toward open pit and large scale mining only exacerbates the situation. There are diverse forms of chronic contamination and accidents which impact the air, soil and water, deforestation, and irreversible changes to the water table, etc. These are all issues generating negative effects for public health. (p.558)

Portanto, assentado ao espectro estatal a reprimarização econômica atua na remoção de comunidades indígenas com sua “eminente” produção energética e ampliação de áreas cultiváveis. A mineração também impõe seus impactos, com o descarte de seus resíduos que normalmente são tóxicos ao meio ambiente, afetando água, solos e ar e, conseqüentemente, a população da redondeza. Losekann (2016) também reafirma os apontamentos de Cooney quanto ao conflitos relacionados aos indígenas, mas os amplia para outros povos tradicionais.

Ocorre que o extrativismo de grande porte toma grandes extensões de territórios, os quais já são ocupados por populações indígenas, ribeirinhos, camponeses etc. Sendo assim, os conflitos ambientais ligados ao extrativismo cresceram na região nas últimas décadas, ampliando-se também os protestos, as resistências e as mobilizações que se enquadram nesse tema. (p.122)

Desta forma, na atual conjuntura brasileira percebe-se equívocos na tratativa econômica brasileira, caracterizando-se como periférico na subdivisão mundial;

social, quando se é analisado índices de desenvolvimento do país (Gini e Índice de Desenvolvimento Humano); e ambiental, na qual a estrutura econômica está engendrada dentro de um processo degradante.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho foi dividido em três capítulos de fundamentação teórica, do capítulo dois ao quatro, com o intuito de simplificar a compreensão do que foi estudado e mostrar em âmbitos gerais alguns processos econômicos transcorridos ao longo da história da América Latina e, mais especificamente, do Brasil. Desta maneira, o mesmo subdividiu-se em extrativismo e neoextrativismo, como um preâmbulo geral e ambientação de alguns processos desenvolvidos América Latina, em um segundo momento, brevemente, foi desenvolvido o desenrolar histórico econômico brasileiro e, finalmente, o atual modelo econômico brasileiro ou sua quinta fase e o que percalços causados nos âmbitos econômico, social e ambiental.

O trabalho trouxe em seu primeiro capítulo de fundamentação teórica, ou seja, capítulo dois, a conceituação de extrativismo e neoextrativismo e as implicações destes modelos de economia na América Latina. Foi percebido que os países latino-americanos sempre foram incorporados ao sistema mundial pelos grandes centros como espaços de supressão de suas necessidades. A relação entre centro e periferia denotada desde os primórdios da colonização latino-americana, aponta o viés explorador ou espoliador dos países desenvolvidos ante os subdesenvolvidos e, conseqüentemente, uma extrema subserviência. Na maior parte do processo de desenvolvimento latino-americano o vislumbre primordial das capitais era a extração de riquezas, como colocado no primeiro capítulo, a busca por metais preciosos. E quando tais metais se esgotaram o processo extrativo descambou para a extração vegetal. Além disso, foi consubstanciado o quanto tal processo extrativista é degradante e o quanto o modelo posterior a ele é potencializador de destruição ambiental. Enxergou-se, também, que tanto no extrativismo como no modelo mais desenvolvido deste, o neoextrativismo, as correlações com o mercado foram importantes para um maior desenvolvimento do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo. Ademais o capítulo apontou o espaço imposto aos países latino-americanos na DIT, a dependência que os países periféricos tem dos grandes centros (Imperialismo) e a desregulação que diretamente e indiretamente os grandes centros potencializam na estrutura econômica dos países subdesenvolvidos, trazendo em seu escopo a precarização do trabalho, perda do poder aquisitivo da população, degradação ambiental, conflitos ambientais entre outras facetas.

O segundo capítulo de fundamentação teórica, ou seja, capítulo três, se ateve mais especificamente em trabalhar, brevemente, o desenvolvimento histórico

econômico brasileiro, atinando-se para os principais momentos econômicos do país até sua penúltima fase.

Como já falado anteriormente, o Brasil seguiu a mesma linha de desenvolvimento econômico da América Latina, com algumas nuances em seu processo, mas com o fim muito aproximado. O processo histórico econômico brasileiro, que foi subdividido conforme modelo de Paulani, perdurou por um longo tempo em uma perspectiva extrativista, denotada por vários ciclos no capítulo e um curto processo de industrialização, que abriu perspectivas para uma transformação real no país. Entretanto, a política externa colocou-se ante a soberania nacional e a readequou dentro do capital financeiro a mero devir de captação de crédito e afável financeirização. Habilidade esta que é imperativa até os dias atuais e que trouxe ou renovou, em um segundo momento, a reprimarização econômica. Em si, o trabalho apresenta que a economia brasileira foi situada como o mercado externo sempre o quis, ou seja, quando se houve necessidade de extrair, extraiu-se, em seguida, quando a necessidade era de se industrializar, industrializou-se, e, por fim, quando foi necessário desindustrializá-la, financeirizá-la e reprimarizá-la o capital externo veio e o fez. Com essa perspectiva, pode apontar-se que em praticamente quase toda sua história o Brasil acompanhou uma padronização entreguista e a incorporou.

No quarto capítulo, debate-se a última fase da economia brasileira, em si, a fase atual. Foi percebido que a reprimarização da economia, baseada pelo modelo neoextrativista, denota um processo agressivo ao Brasil. As pautas abarcadas nos últimos governos estão apoiadas aos grandes monopólios financeiros e a setores do agronegócio brasileiro. Desta forma, o modelo econômico rentista/extrativista aponta os seguintes fatos: no âmbito econômico, o Brasil continuará sendo subdesenvolvido, caso insista no modelo; no âmbito social, denota-se que os países periféricos são muito frágeis por conta da dependência que estes tem, com isso, há uma leve oscilação em termos de desenvolvimento social, mas que em âmbito geral mantém o arquétipo subdesenvolvido no país; e no âmbito ambiental, é explícito que a reprimarização causa impactos no solo, no ar e na água, além de prejudicar a saúde da população.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. In: Descolonizar o Imaginário. **Extrativismo e neoextrativismo Duas faces da mesma maldição**. São Paulo: Editora Elefante, 2016.
- ALLEGRETHI, M. H. Política de uso dos recursos naturais renováveis: a amazônia e o extrativismo. **Revista de Administração Pública**, v. 26, n. 1, 1992.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Statistical Yearbook for latin américa and the caribbean**. Naciones Unidas. 2007 - 2017
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2015.
- BOLETIM ANUAL DE COMÉRCIO EXTERIOR. Período: 2015/2016, Sebrae.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**. 1981. 459f. Tese- Unicamp.
- CANO, Wilson. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. São Paulo: Editora Unicamp, 2002.
- CARVALHO, A. M. P. de; MILANEZ, B. E.; GUERRA, E. C. In: Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias **Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017)** Fortaleza: Edições UFC, 2018.
- CASTRO, Antônio Bezerra de. **Ensaio sobre a Economia Brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- CHESNAIS, François. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 1-44, 2002.
- CHOMSKY, Noam. **Quem manda no mundo?** São Paulo: Planeta, 2017.
- COONEY, Paul. **Reprimarization: Implications for the Environment and Development in Latin America: The Cases of Argentina and Brazil**. Review of Radical Political Economics 2016, Vol. 48(4) 553–561 © 2016 Union for Radical Political Economics
- FERNANDES, Francisco. **Dicionário brasileiro Globo/ Francisco Fernandes**. 22. ed. São Paulo: Marques Guimarães, 1991.
- FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3 ed. São Paulo: Editora Artmed e Bookman, 2009.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura S. A., 1959.

FURTADO, Celso. **Brasil: Tempos Modernos**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 7 ed. Editora Nacional, São Paulo, 1979.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. Companhia Editora Nacional, 2003.

FURTADO, Celso. **Raízes do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **Ensayos Bioeconómicos**. Edición de Óscar Carpintero, 2007.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, Mai./Jun., 1995.

GONÇALVES, Reinaldo. **O Brasil e o comércio internacional**. São Paulo: Contexto, 2003.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A Crise Agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOMMA, A. K. **O Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação**. Brasília: Embrapa, 2014.

LOSEKANN, Cristiana. **A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina**. Revista Brasileira de Ciência Política, no 20. Brasília, maio - agosto de 2016, pp 121-164.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MALERBA, Julianna TEIXEIRA, Maiana Maia e SIQUEIRA, Ruben. **Sustentabilidade como processo social: a experiência da rede brasileira de justiça ambiental In: Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias / organização de Raquel Maria Rigotto, Ada Cristina Pontes Aguiar, Lívia Alves Dias Ribeiro. – Fortaleza: Edições UFC, 2018**

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 5. ed. Florianópolis: Insular, 2014.

MOREIRA, C. A. L.; MAGALHÃES, E. S. Um Novo padrão exportador de especialização produtiva? Considerações sobre o caso brasileiro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 38, p. 90-106, jun., 2014.

MOREIRA, C. A. L.; MAGALHÃES, E. S. In: Trabalho, Desenvolvimento e Pobreza no mundo globalizado. **Inserção Internacional, Mercado Interno e Crescimento: considerações acerca da conjuntura brasileira**. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

MOREIRA, C. A. L.; SCHERER A. L. F. In: Indicadores Econômicos FEE/ Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. **“Mercados emergentes” e novas formas da dependência na América Latina**. Porto Alegre: 2002, v. 16, n.2.

MURRIETA, J. R.; RUEDA, M. P. **Reservas Extrativistas**. UICN, 1995.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa - Características, Usos e Possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v.1, 1996.

PAULANI, Leda Maria. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n.10, Abr./Jun., 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SANTOS, R. S. P. O projeto neoextrativista e a disputa por bens naturais no território: mineração, direitos e contestação social em torno da terra e da água. Artigo. **Revista Conflitos do Campo no Brasil**, Goiânia, 2012.

SANTIAGO, Tiago. In: O ABC do Entreguismo no Brasil. **Quinze anos de entreguismo**. Petrópolis: Vozes, 1984.

SANTOS, Theotônio dos. In:Obras escolhidas. **Teoria da Dependência – balanço e perspectivas**. Florianópolis: Insular. 2015.

SANTOS, Rodrigo Salles P. **O projeto neoextrativista e a disputa por bens naturais no território: mineração, direitos e contestação social em torno da terra e da água**. Revista Conflitos no Brasil, 2012.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

SOUZA, Bernadino José de. **O Pau-brasil na história nacional**. Editora Nacional. 1939.

TAVARES, M. da C. **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa: geopolítica da fome**. São Paulo: Editora Cortez, 2013.